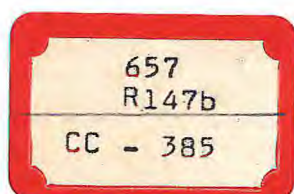


UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO,
ATUÁRIA, CONTABILIDADE E SECRETARIADO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

BALANÇO SOCIAL

JOSÉ GLEIDSON PEREIRA RAMOS

FORTALEZA, DEZEMBRO, 1999



BALANÇO SOCIAL

RSFEAC

JOSÉ GLEIDSON PEREIRA RAMOS

ORIENTADOR: JOSÉ ALBERTO SOARES

Monografia apresentada à
Faculdade de Economia,
Administração, Atuária,
Contabilidade e Secretariado,
para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Contábeis.

RSFEAC

FORTALEZA-CE

1999

DEDICATÓRIA

A Deus que amou o mundo de tal maneira
que deu o seu Filho unigênito, para que
todo aquele que nele crê não pereça, mas
tenha a vida eterna. Jo 3.16

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, outorgado pela Universidade Federal do Ceará - UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Média

José Gleidson Pereira Ramos

Prof. José Alberto Soares

Prof.: Orientador

Prof. Osório Cavalcante Araújo

Membro da Banca Examinadora

Profª. Célia Maria Braga Carneiro

Membro da Banca Examinadora

Monografia aprovada em ___ de _____ de 1999.

AGRADECIMENTOS

Preliminarmente, deixo registrado que jamais esta singular contribuição ao estudo do Balanço Social seria possível sem a ajuda primordial de Jesus Cristo, visto que tu és a minha rocha e a minha fortaleza, por amor de teu nome, guia-me e encaminha-me.

Deixo, igualmente, registrada minha gratidão:

Aos meus pais, Meire e Luciano, por seu amor e dedicação continuada, pela forma como conduziram a minha educação e por seus ensinamentos das regras do bom viver.

A minha noiva, Laudicéia Gurgel, pelo seu amor que é o Dom mais perfeito de Deus, onde é sempre carinhosa comigo.

Ao meu grande maninho, Miguel Junio, pela força sempre presente em todas as horas da minha vida.

Aos meus amigos e irmãos, Agnaldo, Ariana e Neto, que sempre estão ao meu lado.

A uma pessoa em especial, Luiza Falcão, pelo seu amor, que através do nosso pouco tempo de convivência mostrou ter caráter e onde todos gostariam de tê-la como amiga.

Aos professores Orientador e Membros da Banca Examinadora, por aceitarem meu convite, bem como pela atenção e ajuda.

As minhas sempre amigas, Leonor, Gabriela, Cristina, Conceição, Katarine e Eidilene, pelo incentivo, apoio e disponibilidade durante estes cinco anos e meio de convivência, luta e muito amor, e sempre juntos na busca da obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

E a todos os demais, familiares e amigos, que diretamente ou indiretamente contribuíram para a materialização desta monografia.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA

AGRADECIMENTOS

SUMÁRIO

RESUMO

INTRODUÇÃO.....	01
1.0 HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DO BALANÇO SOCIAL.....	02
1.1 HISTÓRICO.....	02
1.2 EVOLUÇÃO.....	03
2.0 A CONTABILIDADE E O BALANÇO SOCIAL.....	05
2.1 CONTABILIDADE X BALANÇO SOCIAL.....	05
2.2 CONTABILIDADE SOCIAL X BALANÇO SOCIAL.....	06
3.0 CONCEITOS E OBJETIVOS DO BALANÇO SOCIAL.....	07
3.1 CONCEITOS.....	07
3.2 OBJETIVOS.....	09
4.0 AS EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS DO BALANÇO SOCIAL.....	14
4.1 ESTADOS UNIDOS.....	14
4.2 PAÍSES EUROPEUS.....	15
4.3 JAPÃO.....	17
4.4 AMÉRICA LATINA.....	17
5.0 O BALANÇO SOCIAL NO BRASIL.....	18
5.1 RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS – RAIS.....	19
5.2 PROJETO LEI Nº 3.116/97.....	20
5.3 CAMPANHAS PELA ADOÇÃO DO BALANÇO SOCIAL.....	22

6.0 CONCEPÇÃO DO BALANÇO SOCIAL	24
6.1 A QUESTÃO AMBIENTAL	24
6.2 OS RECURSOS HUMANOS	28
6.3 O VALOR ADICIONADO PELAS EMPRESAS	32
7.0 PREPARAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL	34
7.1. RELAÇÃO ENTRE OS ASSALARIADOS E A ENTIDADE	36
7.2. VALOR ADICIONADO – UMA CONTINUAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL..	37
7.2.1 Composição do Valor Adicionado.....	39
8.0 AUDITORIA DO BALANÇO SOCIAL	43
8.1. CONCEITO.....	43
8.2. METODOLOGIA PARA AUDITORIA DO BALANÇO SOCIAL.....	45
8.2.1 Controle Interno e Externo	49
8.3. MODELO DE AUDITORIA DO BALANÇO SOCIAL.....	52
8.4. FASES DO MODELO DE AUDITORIA DO BALANÇO SOCIAL.....	53
8.4.1 Planejamento.....	53
8.4.2 Execução (Desempenho).....	58
8.4.3 Avaliação de Desempenho	58
8.4.4 Comunicação dos Resultados	59
8.4.5 Experiência (Feedback).....	59
CONCLUSÃO.....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo de estudo o Balanço Social apontando desde o seu aparecimento até o seu desenrolar e aplicação. Mostrando que é necessário observar a situação da empresa, não somente na óptica do lucro, mas na união com o ambiente onde está situada, ou seja, registrar as relações entre o resultado da empresa e a sociedade. O Balanço Social compreende um conjunto de informações econômicas e sociais, um instrumento fantástico, capaz de criar uma nova cultura, com o controle e domínio de tomadas de decisões e adoção de estratégias para o benefício da sociedade através da empresa. A apresentação de um documento que tomou o nome de Balanço Social surgiu na década de 20, na Alemanha. Mas sendo os Estados Unidos o país criador do Balanço Social. Na Europa, especificamente na França, a prática do Balanço Social é realidade e obrigada por força de lei. Foi a partir da década de 70, que estudos e pesquisas vêm evoluindo e mostrando a sua importância, aqui no Brasil. Alguns estudiosos afirmam que a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, é o próprio Balanço Social do Brasil bastando apenas algumas adaptações. Temos em nosso Congresso Nacional Brasileiro em tramitação um projeto de lei sobre o Balanço Social. O meio ambiente natural, a comunidade, a economia local e os recursos humanos são elementos que cooperam para a demonstração deste documento em estudo, ou seja, a interação da empresa com o meio onde está situada. Não esquecendo do Valor Adicionado que é de suma importância, pois é considerado como uma continuação do Balanço Social, onde representa a diferença entre o valor da receita e o custo dos insumos adquiridos de terceiros, ou seja, a demonstração contábil do Produto Interno Bruto – PIB, isto é, a riqueza gerada pela empresa em determinado espaço de tempo e a sua distribuição aos diversos setores da sociedade. O Balanço Social sendo um instrumento com grande importância nas tomadas de decisões econômicas e financeiras de uma entidade e do meio que a cerca, suas informações necessitam ser fidedignas da realidade que apresenta, para isso torna-se necessário um estudo de uma metodologia de Auditoria capaz de avaliar essa demonstração.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que o principal objetivo de uma entidade é a geração de lucro para que possa garantir sua continuidade.

Nos últimos anos, tem-se acentuado por parte das empresas a necessidade de assumir um papel mais amplo dentro da sociedade além do seu objetivo principal.

A sociedade sofreu modificações e entre elas, a mudança de mentalidade sobre o que seja responsabilidade das empresas.

Há uma conscientização geral de que a obtenção de lucro não pode se dar às custas da destruição do meio ambiente e da saúde do trabalhador, pois se for assim, em pouco tempo as empresas não terão mais como se manter e nem de onde obter a mão-de-obra e os recursos necessários ao seu funcionamento.

Atualmente, a preocupação de muitas organizações com a poluição do meio ambiente tem feito com que elas reavaliem o seu processo produtivo, buscando novas tecnologias antipoluentes.

Como não poderia deixar de ser, a Contabilidade, no seu papel de espinha dorsal da economia, não poderia ficar alheia a esse processo, pois ela é objetivamente um sistema de informação e avaliação que se destina a prover seus usuários com demonstrações e análises econômicas, financeiras, físicas e de produtividade, visando o seu crescimento.

O Balanço Social nada mais é do que, o conjunto de informações relativas ao desempenho da empresa, principalmente no campo social.

O presente trabalho busca focar o Balanço Social como instrumento indispensável ao sucesso das organizações bem como dissecá-lo á luz da Contabilidade que é seu habitat natural, facilitando assim, sua compreensão.

1. Histórico e Evolução do Balanço Social

1.1 Histórico

A palavra *Balanço* surgiu na França no final do século XIX, cedido do Italiano *Bilancio* originada do latim popular *Bilanx*. E a palavra *Social*, em francês, tem significado primitivo no século XIV, que se amplia para o sentido de oposição ao isolamento. Já no século XVIII, passa a ter um significado universal, agrupamento. A partir do século XIX, volta a ter um sentido restrito, não de grupo profissional, mas de classes menos favorecidas.

A Alemanha é indicada por diversos historiadores como o local onde teria iniciado na década de 20, o esforço para a apresentação de um tipo especial de informe que tomou o nome de Balanço Social.

O forte movimento trabalhista, decorrente de filosofias específicas, empreendido na Europa, naquela ocasião, teria sido o responsável por esse aparecimento. As massa operárias, organizadas, passavam a exercer pressão sobre o poder político, exigindo que se aumentasse a responsabilidade social do Estado, e isso trouxe, por decorrência, a ampliação das exigências de controle sobre as empresas.

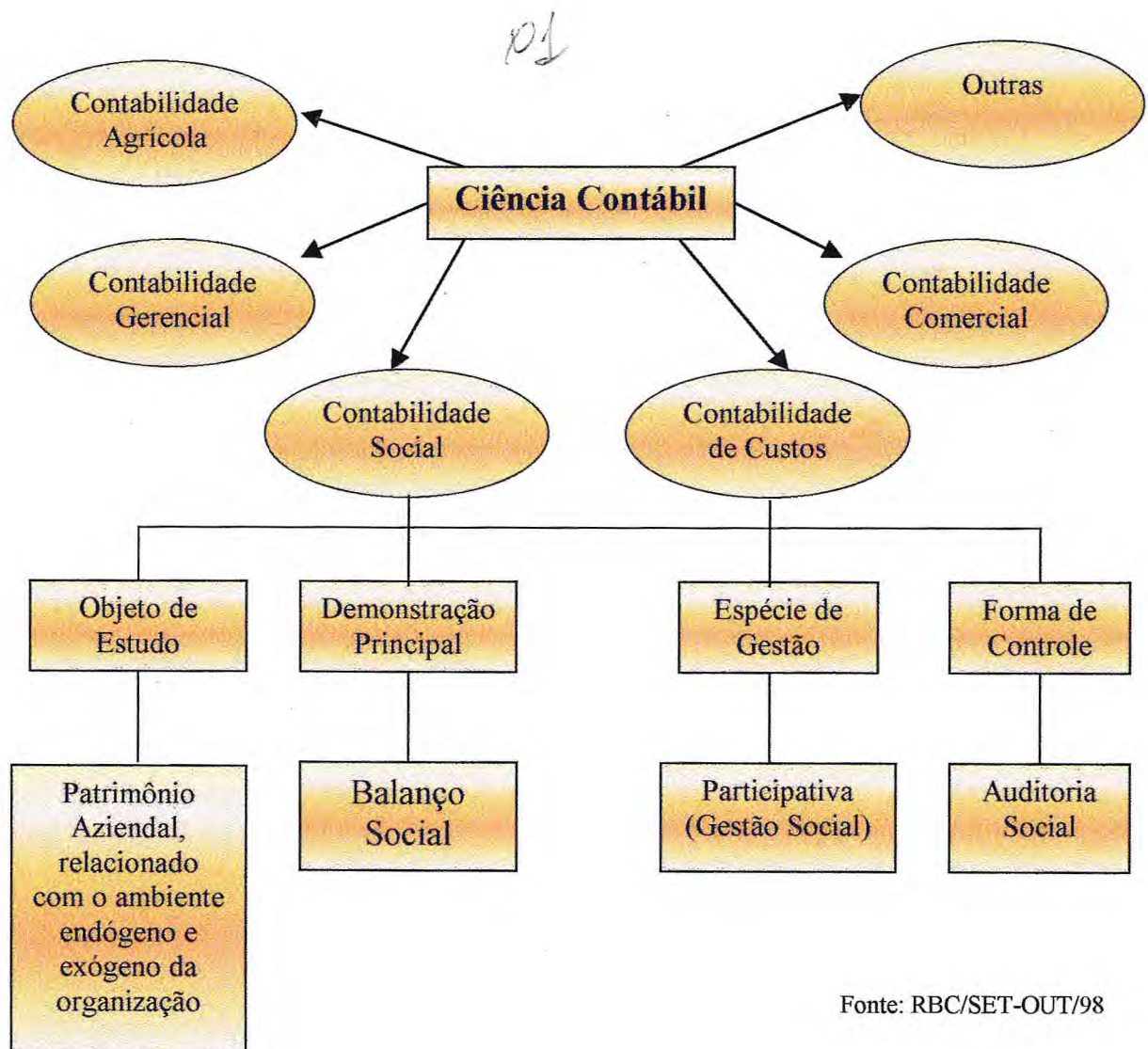
Com todas estas mudanças sociais, surge a Sociologia da Contabilidade, que tem como objetivo estudar as interações sociais internas e externas à empresa, dando origem a Contabilidade Social, que deve ser estudada, teorizada e efetivada, pois a sociedade exige das organizações, por intermédio de seus gestores, mais clareza em suas ações, para que possam ser responsabilizados por seus atos e também onde o ser humano, como cidadão e consumidor, possa ter a opção de escolha na hora de adquirir seus produtos, observando não somente o preço e a qualidade, mas a relação entre a empresa, o meio ambiente e a sociedade.

Na Europa, especificamente na França, a prática da demonstração do balanço social é realidade, ou melhor falando, uma obrigação por força de lei. Desde 1977, empresas com mais de 750 empregados são obrigadas a publicá-la, e, a partir de 1982, essa publicação também é obrigatória para empresas que possuem em seu quadro de pessoal mais de 300 funcionários. Mas também na Alemanha, Espanha, Portugal, nos EUA e Canadá o Balanço social é considerado um instrumento de grande tradição, enquanto no Brasil, apenas algumas organizações se interessam pelo assunto e demonstram informações sociais e ambientais.

O surgimento do Balanço Social deu-se em virtude da necessidade de informar aos diversos usuários da contabilidade a situação da empresa no campo social, registrar as realizações efetuadas e avaliar as relações ocorridas entre o resultado da empresa e a sociedade.

1.2 Evolução

No campo contábil, devido as filosofias da século XX, houve a necessidade de reformulações científicas e tecnológicas.



A Ciência Contábil (conforme o diagrama acima) ramifica-se em uma variada gama de especializações, sendo que cada uma delas estuda o patrimônio sob uma ótica especial: das diversas atividades desenvolvidas pelas organizações, das políticas adotadas, dos interesses dos usuários, das normas governamentais, entre outros fatos.

Na ânsia de manter a Contabilidade atualizada e atenta aos interesses de seus usuários, desenvolveu-se uma nova especialidade, a Contabilidade Social, que pode ser visualizada como uma parte da Ciência Contábil, que procura estudar os reflexos das variações patrimoniais nas empresas, na sociedade e no meio ambiente. A efetivação e êxito desta especialidade requerem que a organização adote, uma forma de gestão eminentemente participativa, envolvente e comprometida com todas as camadas que formam o sistema social e organizacional, tendo como instrumento de controle e prevenção a auditoria social e demonstrando as mutações quantitativas por meio do Balanço Social (objeto principal deste estudo), que tem a função de complementar as demonstrações já, tradicionalmente, extraídas dos registros contábeis.

Para que se compreenda a evolução do Balanço Social aborda-se-ão, primeiramente, resultados de pesquisa do Professor Tinoco (1984: 25), nos quais o autor relata que, no início dos anos 60 do século XX, em decorrência da Guerra do Vietnã, o Governo Nixon (EUA) e as empresas que o apoiavam foram severamente criticadas, ou, como descreve:

Clamava-se pelo fim da guerra e, por outro lado, exigia-se que as empresas adotassem nova postura, moral e ética, perante os cidadãos.

Nesse momento, surgiram as primeiras informações relativas às relações sociais da empresa, dentro e fora dela, sendo publicadas conjuntamente com o balanço patrimonial.

Na França, por sua vez, diversos pesquisadores, na década de 60, propuseram-se reunir e comentar dados estatísticos correntes, para melhor abordar os problemas socioeconômicos da nação, por exemplo: a relação de emprego, a mobilidade social, a utilização do lucro. Assim, a Contabilidade evoluiu sob a influência de pressões externas cada vez mais relevantes, ou seja, é a sociedade que exige evoluções, e tanto a ciência como o profissional têm a responsabilidade de esforçar-se ao máximo para suprir esse anseio.

Com a guerra do Vietnã, com os movimentos estudantis na França e na Alemanha, e o aumento dos problemas sociais, as iniciativas se multiplicam, iniciando-se a discussão sobre a responsabilidade social das organizações e procurando-se uma forma científica de

prestar estas informações à sociedade; propõe-se, assim, uma demonstração denominada genericamente de Balanço Social, ou de Social Audit pelos norte-americanos, de sozial-bilanz pelos alemães e Bilan Social pelos franceses.

Na Alemanha a Shell, a Bertelsman e a Hoechst; na França, a Savien, a Renault e a Siger; nos EUA, a Exxon; a Mygros, na Suíça; no Chile, as Manufaturas de Cobre S.A, MADECO, a Asociación Chilena de Seguridad e a SAACOL & CODIGAS, entre outras, são exemplos de empresas que estudam e publicam balanços sociais, os quais servem de subsídios para novos estudos, porém, na hora de importar essas técnicas, cumpre adaptá-las à realidade local, sob pena de não atenderem aos interesses dos usuários internos e externos, que têm suas peculiaridades e objetivos diferenciados em relação aos dos usuários dos demais países.

2. A Contabilidade e o Balanço Social

2.1 Contabilidade X Balanço Social

A contabilidade vem evoluindo ao longo dos séculos, através da incorporação de práticas, postulados, princípios, em virtude da necessidade de padronizar os procedimentos contábeis utilizados pelas empresas, a fim de tornar as demonstrações contábeis acessíveis a todos os usuários.

Mas as demonstrações Financeiras atualmente divulgadas são direcionadas ao mercado investidor, financeiro e fornecedor. As informações, reduzidas ao máximo por determinação da Lei nº 6.404/76, são quase que intraduzíveis para a maioria das pessoas leigas em contabilidade, e até mesmo, para pequenos investidores que não dispõem da estrutura das corretoras para traduzirem os números contábeis divulgados pelas empresas, ou seja, as demonstrações contábeis atuais têm preocupação quase que exclusiva com os acionistas, os prováveis futuros investidores e as instituições financeiras geradoras de financiamento, isto é, o lucro e a situação de liquidez da instituição.

Com a nova realidade mundial, almeja-se a idéia de que a otimização do lucro não pode permanecer como objetivo único das atividades da empresa e que ela deve cumprir seus objetivos de natureza econômica e de natureza social numa perfeita integração, é aí que entra a Contabilidade, como ciência que estuda a situação patrimonial e o desempenho econômico-

financeiro das entidades, possui os instrumentos necessários para colocar na identificação do nível de responsabilidade social dos agentes econômicos. Estes instrumentos se traduzem no Balanço Social.

O que pode-se, em Contabilidade, é realizar um estudo das relações ambientais do patrimônio da empresa e instituições para que possam ser gerados informes úteis que, por sua vez, produzam um Balanço com visões do social.

2.2 Contabilidade Social X Balanço Social

Aqui cabe colocar a diferenciação entre o que tem-se como Contabilidade Social e Balanço Social.

Embora a utilização da palavra social possa confundir e determinar uma analogia entre as expressões, elas têm significados completamente diferentes.

A Contabilidade Social, ou também conhecida com Nacional, trata da avaliação de variáveis macroeconômicas, como os valores agregados e medições globalizadas relativas à produção e à distribuição da riqueza nacional. Com base nesses dados, orienta a ação dos órgãos competentes e a promoção do desenvolvimento. Utiliza-se, necessariamente, de dados que demonstrem o crescimento real, a tendência e a constituição setorial da economia nacional, as realizações dos setores públicos e privados, a evolução da poupança interna e a distribuição da renda entre os setores produtivos.

O Balanço Social, ao contrário da Contabilidade Social, que se preocupa com a estrutura e os resultados globais da economia, tem seu foco no resultado das transações individuais da empresa com a comunidade que a ela está diretamente relacionada. Tem por objetivo a divulgação de informações sobre o desempenho econômico e social da entidade, e sobre o seu relacionamento com a comunidade, mostrando o resultado da sua política social.

3. Conceitos e Objetivos do Balanço Social

3.1 Conceitos

Ao passar do tempo vários estudiosos têm se envolvido com o assunto, e assim, elaborado vários conceitos do Balanço Social, tentando traduzir o seu significado. Dentre eles, selecionou-se:

SÁ, (1995: 54):

“O Balanço Social representa a expressão de uma prestação de contas da empresa à sociedade em face de sua responsabilidade para com a mesma”.

ESPEAC

KRETZ, (1998: 48):

“O Balanço Social antes de ser uma demonstração endereçada à sociedade, é considerado uma ferramenta gerencial, pois reunirá dados qualitativos e quantitativos sobre as políticas administrativas, sobre as empresa/ambiente, os quais poderão ser comparados de acordo com as necessidades dos usuários internos, servindo como instrumento de controle e de auxílio para a tomada de decisões e adoção de estratégias”.

PEROTTONI e CUNHA, (1997: 13):

“Balanço Social é o conjunto de informações econômicas e sociais, que tem como objetivo a divulgação de informações sobre o desempenho econômico e financeiro das empresas e sua atuação em benefício da sociedade”.

TINOCO, (1995: 58):

“À fotografia da situação patrimonial da empresa, tirada pela contabilidade tradicional, devem ser adicionadas imagens dinâmicas que ajudem os usuários da informação a compreender o conteúdo, a extensão, o significado e a perspectiva apontados pelas demonstrações contábeis. Chamemos isso de Balanço Social”.

MENDES, (1997: 5):

“Balanço Social é um instrumento fantástico, capaz de criar uma nova cultura e de fazer entender, aos detentores da riqueza, que as empresas têm, de fato, um papel social relevante e, certamente, muito acima do que temos esperado do estado”.

BSFEAC

SUPLICY, (1997: 47):

“Balanço Social é um documento pelo qual a empresa anualmente apresenta dados que permitam identificar a qualidade de suas relações com os empregados, com a comunidade e com o meio ambiente. É um registro do perfil social da empresa”.

RIBEIRO e LISBOA, (1999: 72):

“O Balanço Social é um instrumento de informação da empresa para a sociedade, por meio do qual deve ser explicitada a justificativa para sua existência”.

Presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (MG), (1999: 14):

“O Balanço Social é uma peça que se produz visando a espelhar os movimentos da riqueza em favor de terceiros, sob o prisma de uma utilidade que transcende os limites da empresa”.

CARNEIRO, (1994: 75):

“É um instrumento de medida que permite verificar a situação da empresa também no campo social, registrar as realizações efetuadas neste campo e principalmente avaliar as relações ocorridas entre o resultado da empresa e a sociedade”.

Como foi visto, existe muita diversidade de definições, mas um censo comum é que a identificação de problemas humanos, sociais e ambientais, que atinjam a empresa, deve gerar medidas corretivas de atenuação daquelas diferenças, ou apontar erros de percurso que impeçam a integração da empresa ao meio social.

Diante do Exposto, concluímos que o Balanço Social é um instrumento de dados que visa dar referências mais transparentes possíveis de suas realizações positivas ocorridas no decurso do ano entre a empresa e a sociedade.

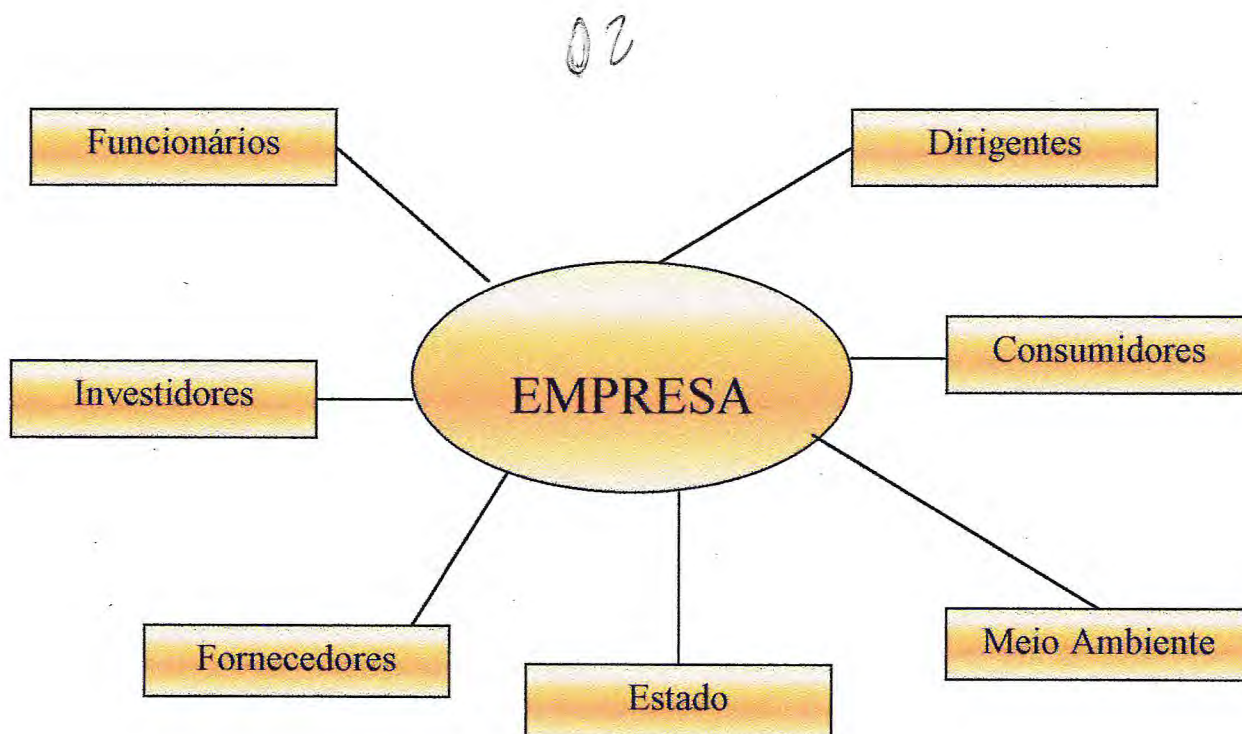
3.2 Objetivos

Não muito diferente do passado, hoje em dia, as demonstrações financeiras utilizadas censuravam a repercussão social das decisões gerenciais, já que estas proporcionam uma grande quantidade de dados econômicos para as tomadas de decisões, enquanto as consequências sociais aparecem em pequenas quantidades, mesmo com estas dificuldades as empresas começam a se convencer da necessidade de registrar e analisar o desempenho social da mesma maneira que registram os dados econômico-financeiros. A partir desta concepção, o balanço social estabelecerá, uma comunicação entre a empresa que produz utilidades e a sociedade que se dispõe a pagar altos custos sociais pelas utilidades consumidas e a empresa. Para que se compreenda melhor esta interação entre a empresa e a sociedade é necessário atender aos vários tipos de usuários interessados em diferentes tipos de informações:

- **Dirigentes** ⇒ conhecimento das respostas aos programas e responsabilidades sociais que cumpre à empresa defrontar.

- **Investidores e fornecedores** ⇒ experiência da maneira como a empresa vê suas responsabilidades em relação a seu quadro de pessoal, onde certamente mostrará um indicador da maneira pela qual a empresa é administrada.
- **Consumidores** ⇒ experiência do padrão de qualidade dos produtos e serviços que a empresa presta as pessoas.
- **Funcionários** ⇒ experiência da política de recursos humanos, plano de carreira, treinamento, para melhor atender suas necessidades, etc.
- **Estado** ⇒ conhecimento do desempenho social da empresa com interesse da analisar o bem-estar da comunidade onde está inserida, levando em conta a contribuição da empresa para a riqueza da nação.
- **Meio Ambiente** ⇒ muita responsabilidade pelas empresas na utilização deste meio, sem prejuízo para o mesmo.

Para melhor compreender as dimensões da responsabilidade social da empresa com os diversos componentes de seu ambiente, esta será representada graficamente, no esquema abaixo:



Os objetivos motivadores da obtenção de um Balanço Social, variam de acordo com as áreas de interesse avaliadas e do nível de complexidade empresarial, onde estes podem ser sistematizados de maneira esquemática. Conforme, CARNEIRO (1994: 76): „ as informações registradas no Balanço Social, em função de variados modelos analisados, permitem:

- ◆ *“Buscar o bem-estar dos empregados, catalisando ações que visem no cumprimento da responsabilidade social da empresa, aprimorando a qualidade de vida da organização e da comunidade na qual está inserida;*
- ◆ *Avaliar as empresas de acordo com a necessidade concreta de progresso social e de sua contribuição para a sociedade democrática;*
- ◆ *Apreciar objetivamente os custos-benefícios de suas iniciativas no campo social;*
- ◆ *Proporcionar à empresa as condições para que possa obter a produtividade esperada de seus recursos humanos, as condições para a tomada de decisão quanto às ações sociais, as condições de avaliação do desempenho empresarial e as informações sobre a gestão social interna;*
- ◆ *Propiciar aos empregados as condições favoráveis ao desempenho de suas tarefas, as condições para opinar sobre os programas sociais que lhe são dirigidos e sobre a satisfação dos trabalhadores”.*

RSFEÃO

Deve-se levar em conta que estes objetivos deverão ser modificados de acordo com a filosofia contábil do país em referência, cuja abordagem estará sendo então aplicada.

A finalidade da prática de um Balanço Social é tomar em consideração os vários usuários interessados em diferentes tipos de informações. Mas como ainda não são sabidos os modelos decisórios de todos os usuários da contabilidade, seria necessário a constituição de um arquivo básico de informações contábeis que possa ser utilizado de forma mais flexível por vários tipos de interessados, cada um conforme sua forma de utilização nas diversas áreas.

Conforme CUNHA e PEROTTONI (1997: 15), os principais usuários e os seus relacionamentos são os seguintes:

- ◆ *“Acionistas ⇒ Aportadores de recursos financeiros para a implantação, ampliação e desenvolvimento dos projetos e metas dos administradores. A manutenção desta parceria só se efetiva enquanto a empresa garantir a rentabilidade desses rendimentos.*
- ◆ *Funcionários ⇒ Com seu conhecimento e mão-de-obra especializada, garantem o desenvolvimento da empresa. Para tanto é necessário que trabalhem satisfeitos, e isso será conseguido por meio das condições ambientais do trabalho (remuneração, limpeza, segurança, treinamento, política de desenvolvimento de recursos humanos, etc.).*
- ◆ *Fornecedores ⇒ Mantenedores da fonte produtora. O suprimento de matéria-prima ou serviços é fundamental em qualquer atividade. Para estes é importante conhecer as potencialidades de seus clientes, garantias de recebimento e de continuidade do negócio.*
- ◆ *Instituições Financeiras ⇒ Financiadoras do capital de giro necessário, não suprido pelos acionistas. Na concessão de empréstimos, querem conhecer a situação patrimonial, a de liquidez, a rentabilidade, a capacidade de geração de recurso, as potencialidades futuras, e ter a garantia da continuidade da empresa; caso contrário, relutarão em auxiliar, por meio de empréstimos, a empresa necessitada.*
- ◆ *Consumidores ⇒ Garantem a continuidade da produção e até mesmo da própria empresa, mediante a satisfação de suas necessidades. Garantias de qualidade, preço e assistência técnica são fundamentais nesta relação, e isso precisa ficar claro para o cliente.*
- ◆ *Governo ⇒ Promotor das condições para o desenvolvimento das atividades produtivas. Tem como contrapartida, por parte dos contribuintes, o recolhimento dos tributos, como forma de*

retribuição para que ele possa realizar as atividades do Estado em benefício de toda a sociedade (saúde, educação, segurança, etc.).

- ♦ *Meio Ambiente ⇒ por certo uma das maiores responsabilidades sociais de todos e, principalmente das empresas que recebem a matéria-prima deste meio e têm, em contrapartida o dever de manter os elementos essenciais da vida animal e vegetal, como o ar, a água, o solo. Sabe-se hoje dos movimentos e da conscientização dos povos em relação ao meio ambiente, quando não se titubeia em fechar uma fonte produtora, que gera empregos e salários, se esta não respeita e investe na manutenção da qualidade de vida da comunidade que a rodeia, isto é, se ela não respeita e preserva o meio ambiente.*

4. As Experiências Internacionais do Balanço Social

Os Estados Unidos foi o pioneiro, partindo da idéia de um Balanço Social similar ao Balanço Financeiro, ao se tratar de quantificar as vantagens e prejuízos sociais em termos monetários.

4.1 Estados Unidos

Nos anos 30 os Estados Unidos introduziram no mundo dos negócios, a idéia de responsabilidade social. Mas foi na década de 60, que iniciaram os movimentos protestando sobre temas polêmicos, como a utilização de recursos raros e a poluição. Através destes, as empresas começaram a preocupar-se com as opiniões públicas, já que as organizações não lucrativas começaram a influenciar marcadamente esses movimentos através da aplicação de seus fundos em ações de grandes companhias, ficando assim com um poder de intervenção nas assembléias gerais. Para não perderem seus investidores começaram a publicar anualmente, entre os relatórios destinados aos acionistas, páginas de informações sobre a política social, os investimentos para esse fim e os resultados obtidos, justificando a sua boa conduta.

Na década de 70, os grandes bancos que são investidores profissionais, com o interesse que os outros investidores continuassem a alocar os seus fundos, facilitaram e ampliaram o movimento e vêm publicando relatórios econômico-sociais, denominados “Social Audit”, os quais tem-se como documentos essenciais os seguintes:

- Balanço Social e financeiro (Social and Financial Balance Sheet).
- Contas de Lucros e Perdas, Social e Financeira (Social and Financial Income Statement).

Os modelos americanos são pouco orientados para as relações entre patrões e empregados e suas condições de trabalho e tem uma conotação ampla, voltada para o ambiente externo à empresa, ou seja, satisfação de consumidores, qualidade dos produtos, meio ambiente e outros.

4.2 Países Europeus

Em alguns países da Europa como a Alemanha, Holanda, Bélgica e Suécia, os relatórios adicionais sobre assalariados são freqüentes, dando sempre uma maior ênfase ao impacto das empresas sobre os trabalhadores. Já foram encontrados relatórios sobre o Valor Adicionado em boa parte desses países, e não esquecendo da grande consciência participativa envolvendo empresários e funcionários, onde os empresários são conscientes de suas responsabilidades no plano social e preocupam-se com o desenvolvimento sem degradação do meio ambiente.

Segundo CUNHA e PEROTTONI (1997: 16):

“Entre os países em que se encontram mais desenvolvida a elaboração do balanço Social, estão a França e a Espanha, onde é identificado como Balanço de Responsabilidade Ética, ou Balanço de Responsabilidade Empresarial”.



Conforme a Lei nº 77-769, de 12.07.77, na França, o Balanço Social, tornou-se de publicação obrigatória para empresas com mais de 750 empregados, a partir de 01.01.78, e com pelo menos 300 assalariados, a partir de 1982, passando a ser denominado de “Balanço Social Legal” para diferenciar do Balanço Social elaborado do pelas empresas anterior a vigência da referida Lei, por apresentarem enfoques muitas vezes diferentes.

Os franceses entendem que o Balanço Social deve ser publicado objetivando demonstrar as ações da empresa e seus reflexos na sociedade, tornando a entidade como um agrupamento microssocial, o qual tem a obrigação de revelar seus aspectos positivos e negativos, que interferem no sistema geral.

Conforme TINOCO (1984: 60):

“Esta Lei aborda principalmente os aspectos sociais da empresa. Surgiu após várias experiências que vinham se realizando desde a década de 60, em que várias empresas já elaboravam o Balanço Social”.

Esta Lei surgiu numa época em que se acreditava que ao final deste século se veria, sem dúvida, aumentar o esforço científico visando conseguir uma medida social, assim como o progresso de uma “Contabilidade Social”. Para os franceses, o Balanço Social reúne em um único documento, os dados que permitem apreciar a situação no campo social.

A partir de 1984, todos os Balanços Sociais deveriam cobrir três anos, ou seja, o ano corrente, mais dois anos anteriores, e as empresas que tivessem mais de uma unidade, com mais de trezentos funcionários, deveriam elaborar um Balanço Social para empresa como um todo e para cada filial.

Levando em consideração o conteúdo do Balanço Social, este deveria fornecer informações em sete áreas, tais como:

- ❑ **Emprego** ⇒ total de funcionários, mobilidade, desemprego, absentéismo.
- ❑ **Remuneração e benefícios.**
- ❑ **Condições de higiene e segurança** ⇒ doenças e acidente de trabalho.
- ❑ **Condições de trabalho** ⇒ duração de jornada, distribuição do tempo e organização do trabalho.
- ❑ **Formação do pessoal** ⇒ treinamento, desenvolvimento e formação.
- ❑ **Relações profissionais** ⇒ representação do pessoal, delegados sindicais, informação e comunicação.

Deve-se observar que a ênfase da referida Lei é orientada para o empregado e isto era consciente com o ambiente francês, o qual se apresentava, dentre outras, com as seguintes características:

- ❑ Crescente descontentamento dos trabalhadores; e
- ❑ Crescente orientação socialista da sociedade francesa.

Para as empresas atingidas por essa obrigação legal, foram encontrados três objetivos, para a adoção de um Balanço Social legal na França: ser um instrumento de informação, negociação e planificação.

Foi publicada a Lei nº 141/85, em 1985, em Portugal, obrigando as empresas, que possuíam no mínimo 100 assalariados, independente da forma de regime pelo qual foram contratados, a elaborarem o Balanço Social.

Atualmente, a França e Portugal são os únicos países do mundo a terem legislação que obrigam as empresas a elaborarem e publicarem um relatório social em separado.

4.3 Japão

No Japão as normas existentes não estimulam qualquer publicação de informações sociais, apesar de lá existir um equilíbrio entre o social e o econômico da empresa; não são inclusos nos relatórios obrigatórios nenhum demonstrativo social, exceto por algumas informações sobre funcionários, quantidade, média de idade, etc..

Mas é realizado uma medição utilizando-se uma análise por índices, mais especificamente através do índice de produtividade, o valor adicionado desta, tomando-se por base o valor agregado gerado pela empresa.

Depois de duas crises do petróleo, empresas japonesas têm estado atentas para restabelecer a competitividade dos negócios, através de um programa de redução de energia e custos; uma mudança que busca alto valor agregado dos produtos, e, assim, o mercado externo.

A visão japonesa para a questão dos recursos humanos é voltada para medição da contribuição do funcionário para com a empresa.

A partir do exposto, conclui-se que, tanto nos Estados Unidos como no Japão e Europa os balanços sociais variam pelo conteúdo, mas contêm na maioria das vezes informações e dados qualitativos não financeiros.

4.4 América Latina

O processo de medição social dos países da América Latina, como o Brasil, que será abordado num capítulo específico, a Argentina, Equador e Chile deu-se em estágios diferentes.

O Chile e a Argentina realizam algum tipo de relatório considerado como Balanço Social, onde nos demais países em estudo foram realizados diversos estudos sobre o assunto debatido neste trabalho, mas ainda não concretizados.

O Equador vem de certo modo um pouco incipiente direcionando sua atenção para uma política nessa área.

Para a maioria dos empresários da América Latina o Balanço Social é considerado uma fantasia, já que a empresa não nasce para fazer caridade nem para solucionar problemas pessoais de empregado. Os fatos sociais são encarados como fenômenos complexos, muitas vezes não mensuráveis, embora reconheçam que atualmente já é possível comparar, registrar e analisar tais fatos.

5. O Balanço Social no Brasil

Foi a partir da década de 70 que os estudos e as pesquisas sobre Balanço Social, vêm mostrando a sua importância.

Desde 1985, no Brasil, as empresas já estão sendo obrigadas a elaborar um documento que contenha informações de caráter trabalhista, chamado RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, apesar de não ser publicado, é utilizado pelos órgãos governamentais.

A CMV - Comissão de Valores Mobiliários, através do seu Parecer de Orientação nº 15, de dezembro de 1987, reconheceu a necessidade de dotar os usuários da informação, das Companhias Abertas, de informações mais adequadas, usando para isso um papel de trabalho denominado “Relatório de Administração”.

A Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial elaborou modelos de Balanço Social, muito visados pela iniciativa privada. Tais modelos têm como principal característica o caráter participativo no processo de sua elaboração, pois é constituída uma comissão composta pelos mais diversos níveis funcionais da empresa para desenvolver a pesquisa, mediante três espécies de indicadores:

- **Indicadores de natureza administrativa e financeira** ⇒ assistência médica, iniciativas educacionais, planos previdenciários, calendário de pagamento, política de promoções, programa de alimentação, etc..
- **Indicadores do nível de satisfação dos empregados** ⇒ clima humano na empresa, condições ambientais, organização da empresa, programas de capacitação, iniciativas educacionais, política de promoções, segurança no trabalho, planos previdenciários, etc..

- **Indicadores mistos** ⇒ atualmente no Brasil há dois projetos de lei que falam a respeito do Balanço Social, um do Betinho e outro apresentado em conjunto pelas deputadas Marta Suplicy, Maria da Conceição e Sandra Starling.

5.1 Relação Anual de Informações – RAIS

De acordo com o Decreto nº 76.900 de 23.12.1975, todo empregador deve fornecer às entidades governamentais da área social, por meio da RAIS, as informações solicitadas referentes a cada um de seus empregados, com os quais manteve relação de emprego durante qualquer período do ano-base. Mesmo entidades que não possuem funcionários ou que estiveram paralisadas durante o ano-base são obrigadas a entregar a RAIS negativa.

A Relação Anual de Informações visa completar as necessidades de controle, estatísticas e informações das entidades governamentais, sendo um instrumento de coleta de dados indispensável, tais como:

- Controles dos registros do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço);
- Sistemas de arrecadação e de concessão de benefício previdenciário;
- Estudos técnicos de natureza estatística;
- Legislação da nacionalização do trabalho;
- Identificação do trabalhador com direito do abono salarial PIS/PASEP.

A RAIS é elaborada anualmente e entregue geralmente até março do ano subsequente nas agências do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e unidades do SERPRO. Podem ser enviadas por meio de internet, fita magnética, disquete e formulário oficial impresso.

De acordo com a legislação vigente, o empregador que não entregar a RAIS dentro do prazo estabelecido, omitir informações ou prestar declaração falsa, sujeitar-se-á a multa de 400 (quatrocentos) a 40 (quarenta) mil UFIRs.

5.2 Projeto sobre o Balanço Social

Pelo projeto que tramita no Congresso Nacional Brasileiro, em seu art. 3º, dispõe que o Balanço Social deverá conter informações sobre:

- ◆ *“A empresa: faturamento bruto; lucro operacional; folha de pagamento bruta, detalhando o total das remunerações e valor total pago a empresas prestadoras de serviço;*
- ◆ *Os empregados: número de empregados existentes no início e no final do ano, discriminando a antiguidade na empresa; admissões e demissões durante o ano; escolaridade, sexo, cor e qualificação dos empregados; número de empregados por faixa etária; número de dependentes menores, número mensal de empregados temporários; valor da participação dos empregados no lucro da empresa; total da remuneração paga a qualquer título às mulheres na empresa; porcentagem de mulheres em cargo de chefia em relação ao total de cargos de chefia da empresa; número total de horas extras trabalhadas; valor do total das horas extras pagas;*
- ◆ *Valor dos encargos sociais pagos especificando cada item;*
- ◆ *Valor dos tributos pagos, especificando cada item;*
- ◆ *Alimentação do trabalhador: gastos com restaurantes, tíquete-refeição, lanches, cestas básicas e outros gastos com a alimentação dos empregados, relacionando, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;*
- ◆ *Educação: valor dos gastos com treinamento profissional; programas de estágios (excluídos salários); reembolsos de educação; bolsas escolares; assinaturas de revistas; gastos com biblioteca (excluído pessoal); outros gastos com educação e treinamento dos empregados, destacando os gastos com os empregados adolescentes; relacionando em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;*

SFEAC

- ◆ **Saúde dos empregados:** valor dos gastos com planos de saúde; assistência médica; programas de medicina preventiva; programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde; relacionado, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;
- ◆ **Segurança no trabalho:** valor dos gastos com segurança no trabalho, especificando os equipamentos de proteção individual e coletiva na empresa;
- ◆ **Outros benefícios:** seguros (valor da parcela paga pela empresa); valor dos empréstimos aos empregados (só o custo); gastos com atividades recreativas; transportes, creches e outros benefícios oferecidos aos empregados; relacionando, em cada item, os valores dos benefícios fiscais eventualmente existentes;
- ◆ **Previdência privada:** planos especiais de aposentadoria; fundações previdenciárias; complementações; benefícios aos aposentados; relacionado em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais existentes;
- ◆ **Investimentos na comunidade:** valor dos investimentos na comunidade (não incluir gastos com empregados) nas áreas de cultura, esportes, habitação, saúde pública, saneamento, assistência social, segurança, urbanização, defesa civil, educação, obras públicas, campanhas públicas e outros, relacionado, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;
- ◆ **Investimentos em meio ambiente:** reflorestamento; despoluição; gastos com introdução de métodos não-poluentes e outros gastos que visem à conservação ou melhoria do meio ambiente, relacionado, em cada item, os valores dos respectivos benefícios fiscais existentes;
- ◆ **Parágrafo único:** os valores mencionados no Balanço Social deverão ser apresentados relacionando-se o percentual de cada item em relação à folha de pagamento e ao lucro operacional da empresa”.

SFEAC

Deve-se considerar que o projeto é extremamente oportuno e rasteia um grande número de informações sociais, que serão de imensa importância para análise do desempenho social da empresa, bem como servirão de parâmetro para previsões orçamentárias da própria organização e das instituições governamentais.

Cabe ressaltar que o Balanço Social é um instrumento mais amplo, que deverá englobar, além dos requisitos exigidos na proposição, outras medidas de desempenho profissional e produtivo, como por exemplo, o grau de comprometimento e satisfação dos funcionários, entre outros itens, dados estes, qualitativos, que serão alcançados mediante a utilização de técnicas de avaliação, desempenho e satisfação dos recursos humanos, ou seja, são práticas usuais para as empresas que tratam o funcionário como parceiro e buscam elevados padrões de qualidade.

5.3 Campanhas pela adoção do Balanço Social

A publicação do Balanço Social, defendida pelo sociólogo Herbert de Souza (1935-1997), o Betinho, ao afirmar que *“pessoa jurídica é entidade pública, ainda que de domínio privado”*, tem valor muito maior do que se pode avaliar. A divulgação de Balanços Sociais pelas empresas foi a última grande causa defendida por ele, tornando-se símbolo da luta pela cidadania no país, conseguiu mobilizar organizações e aquecer debates sobre a importância e os efeitos reais do referido balanço.

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, organização não-governamental fundada por Betinho, em 1981, foi a pioneira ao lançar a primeira campanha de defesa do Balanço Social, onde reuniu cerca de 80 (oitenta) empresários no Rio de Janeiro. Ele possui um demonstrativo que permite a empresa especificar o quanto está envolvida, como instituição, com as questões sociais.

POLIDORO (1997: 49):

“A empresa assume essa responsabilidade ao produzir riquezas, gerar, empregos, remunerar acionistas, prestadores de serviços e fornecedores, além de pagar tributos ao governo. A responsabilidade social consiste no desempenho empresarial competente e responsável no tocante às questões ambientais e comunitárias. Esta organização

também desenvolve uma série de ações sociais, educacionais e culturais, mas que isso é adicional ao exercício da atividade empresarial responsável”.

Tem-se ainda no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 3.116-97, que obriga as empresas públicas de modo geral e as empresas privadas com mais de cem empregados a publicarem o Balanço Social. A Deputada Marta Suplicy, uma das autoras do projeto, em artigo publicado no dia 10.06.97, na Folha de São Paulo, afirma, que... *“a informação é um dos pressupostos da cidadania. O Balanço Social é um instrumento de informação”.*

Apesar de despertar apenas recentemente maior atenção da sociedade, a divulgação de Balanços Sociais já era prática para algumas empresas. Como por exemplo o Banco do Nordeste do Brasil S.A, que-desde 1995 publica um Balanço Social em seus relatórios anuais.

Onde para esta empresa:

“Mais do que uma obrigação normativa. O balanço social de uma empresa é um documento de contas, em que números expressam graus de competência e palavras são usadas para democratizar o entendimento dos processos de trabalho. Mais do que um conjunto de números e palavras, o balanço social deste Banco vai além: revela os níveis de compromisso – assumidos e realizados – em favor da transformação do Nordeste do Brasil”.

No Brasil, a difusão da tese do Balanço Social inicia uma nova era de transparência no relacionamento da empresa-cidadã com a comunidade. A vereadora Aldaíza Sposati apresentou projeto de lei, na Câmara Municipal de São Paulo, onde estabelece o Selo e o Dia da Empresa-Cidadã, a ser comemorado em 25 de outubro, data em que é também celebrado o Dia da Democracia. Com este projeto a Câmara paulista, concedia o Selo da Empresa-Cidadã às companhias que apresentarem qualidade em seus balanços sociais. Assim as instituições seriam classificadas em diversas categorias, respeitando-se o seu porte empresarial.

A discussão sobre o Balanço Social está apenas começando e ainda está longe de chegar à unanimidade.

6. Concepção do Balanço Social

O Balanço Social na sua concepção mais ampla, engloba a demonstração da interação da empresa com os elementos que a cerca ou que cooperam para sua existência, incluindo o meio ambiente natural, a comunidade, a economia local e os recursos humanos.

Numa análise objetiva ou favorável, uma empresa somente poderia exercer suas atividades se o custo-benefício da sua existência fosse positivo. Mas a empresa que agride o meio ambiente conseqüentemente coloca em risco a continuidade da vida humana ou reduz a qualidade desta; onde aquela que não dá condições ideais de trabalho contribui para a degeneração psicológica e social dos empregados e aquelas que não adicionam valor à economia local fazem com que a aplicação de recursos governamentais não resulte nos benefícios esperados na região onde estão localizadas.

6.1 A Questão Ambiental

Com o caminhar da história, as atividades econômicas foram instaladas e mantidas sem qualquer preocupação com seus efeitos sobre o meio natural. Por essa falta de consciência de degradação da natureza, hoje encontram-se grandes extensões de águas correntes e solos totalmente ou em vias de se tornarem improdutivos ou inabitáveis, em função dos dejetos poluentes deixados por empresas sediadas nessas regiões. O ar carregado de grandes teores de emissões tóxicas, em algumas regiões, provocando elevadas quantidades de casos de doenças respiratórias e dermatológicas. Diante dessa situação alarmante, a produção de novas tecnologias foi impulsionada no sentido de conter ou eliminar, tais efeitos prejudiciais, dado que a comunidade das atividades econômicas é fator crucial para o desenvolvimento econômico e social.

Quando tratam-se de recursos escassos, tais tecnologias têm custos elevados, provocando a oposição de muitos empresários à sua adoção, dado o desvio da aplicação de recursos nas atividades operacionais correntes para investimentos em tecnologias antipoluentes devido a redução da margem de lucro no curto prazo. A longo prazo, sem empregar capitais nessas tecnologias, a empresa deixará de subsistir.

Com as advertências e pressões dos movimentos ambientalistas locais e internacionais por causa da degradação do meio ambiente, esta oposição começou a ser

quebrada, motivando a implementação de ações governamentais mais rigorosas, que, por fim, comunicaram o surgimento da consciência e responsabilidade social das empresas. Outro fator fundamental para combater tal oposição foi a criação das normas internacionais de qualidade ambiental, aliada à ampla aceitação destas, principalmente no mercado internacional.

Com todas estes movimentos a favor do “bem estar”, vimos algumas empresas melhorando a qualidade de seu processo operacional, mediante a compra de novos equipamentos e instalações dotados de tecnologias capazes de reduzir ou eliminar o volume de resíduos poluentes, de equipamentos antipoluentes propriamente dito e o treinamento da força de trabalho. Ressalte-se que são poucas as empresas que já tomaram tal iniciativa; uma quantidade significativa ainda opera em condições ambientais inadequadas, sendo principalmente as de pequeno e médio porte.

Observando-se que a informação tem o poder de inibir práticas ilícitas e estimular comportamentos e procedimentos corretos, a Contabilidade, objetivando evidenciar a situação econômico-financeira das empresas e o desempenho periódico destas, constitui um adequado sistema de informações quanto à postura ambiental das entidades.

Propostas e recomendações, mesmo sem força legal, existem no sentido de que as companhias tornem públicos os efeitos de sua interação com o meio ambiente, melhorando as condições de vida.

Os resultados da interação da empresa com o meio ambiente podem ser identificados mediante os seguintes fatos:

- ❑ Os estoques de insumos para inserção no processo operacional;
- ❑ Os investimentos realizados em tecnologias antipoluentes (máquinas, equipamentos, instalações, etc.);
- ❑ O montante de obrigações assumidas pela empresa para recuperação de áreas degradadas ou águas contaminadas, e para pagamento de penalidades ou multas decorrentes de infrações à legislação ambiental;
- ❑ As reservas para contingências constituídas com base na forte probabilidade de ocorrência de perdas patrimoniais provocadas por eventos de natureza ambiental;
- ❑ O montante de custos e despesas incorridos com vista à contenção dos níveis de poluição e / ou por penalidades recebidas por procedimentos inadequados.

O Balanço Patrimonial, que reflete a situação econômico-financeira das empresas, ou seja, seus bens, direitos e obrigações, poderia discriminar, entre os bens e direitos (Ativo), as aplicações de recursos cujo objetivo base estivesse relacionado à proteção, recuperação e restauração ambiental, com os investimentos em estoques de insumos preventivos aos efeitos poluentes e em bens de longa duração, que seriam utilizados no processo de contenção ou eliminação da poluição. O empenho prático da organização em melhorar a qualidade ambiental do planeta e demonstrar sua responsabilidade social estão contidas nessas informações e também irão servir de parâmetro para a melhoria de suas similares.

Poderiam estar representadas, no Ativo, as perdas de ativos, parciais ou totais, por meio de provisão para desvalorização. Estas perdas são aquelas decorrentes da exposição dos ativos aos efeitos da poluição e se traduzem em redução do potencial de uso ou consumo dos bens físicos ou na cessação imediata de utilidade para a empresa. Como exemplo verídico de redução do potencial de uso, há o caso dos equipamentos das companhias de geração e transmissão de energia do Estado de São Paulo instalados em rios poluídos, os quais têm vida útil de 50% menor que a de equipamentos semelhantes, da mesma empresa, instalados em rios não poluídos.

Tem-se no Balanço Patrimonial, o Passivo, que representa as obrigações das empresas para com terceiros. Conforme o Princípio Contábil da Realização, estas obrigações devem ser reconhecidas a partir do momento em que são verificadas, mesmo que ainda não haja uma cobrança formal ou legal. A partir deste, dever-se-ia destacar aquelas que tenham natureza ambiental específica, mas reconhecer também todas as obrigações cujos fatos geradores já ocorridos configurem responsabilidade da empresa, ainda que mediante cálculos estimativos, desta forma, ter-se-ia identificado o Passivo Ambiental das empresas.

A identificação e a divulgação do passivo ambiental, além de ser úteis na evidenciação da responsabilidade social das empresas, são de grande relevância para avaliação das condições de continuidade destas, bem como dos riscos oferecidos pela sua manutenção e passíveis de afetarem aqueles que a elas confiam recursos.

Uma empresa que não adota medidas antipoluentes, poderá encontrar dificuldades na sua continuidade em virtude das penalidades, hoje bastante rigorosas, seja:

- em função dos altos valores das multas por infrações;
- em decorrência da obrigatoriedade legal de recuperação ou restauração de extensas e geograficamente complexas áreas contaminadas;

- por interdição governamental, em casos de infrações abusivas ou reincidentes;
- pela falta de crédito junto aos seus fornecedores ou instituições financeiras, em face do risco, a que estes se vêem submetidos, de não recebimento dos valores envolvidos que lhes pode ser atribuída em caso de inviabilidade da empresa. Isto é muito comum nas instituições financeiras dos Estados Unidos, as quais podem ser obrigadas a assumir a responsabilidade de danos ambientais das empresas a quem concedem recursos a títulos de empréstimos. Esta coobrigação é imputada sob a premissa de que a instituição financeira, antes da concessão do crédito, avalia a situação econômico-financeira e os riscos associados às empresas às quais empresta dinheiro.



Identifica-se o Passivo Ambiental das empresas, entre outras formas, mediante RIMAs (Relatórios de Impacto ao Meio Ambiente) e dos EIAs (Estudos de Impacto Ambiental), exigidos pelos órgãos técnicos de controle ambiental e responsáveis pela autorização de instalação e funcionamento das empresas. O EIA é elaborado na época de constituição da empresa, enquanto o RIMA é elaborado periodicamente, para acompanhamento, por esses órgãos, dos impactos dos procedimentos operacionais das empresas.

No caso do Brasil, esses documentos passaram a ser exigidos, também para concessão de crédito por instituições governamentais ou repasses de créditos concedidos por agências internacionais, como o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), pelo BIRD (Banco Mundial), Fundo Nakasone, do Japão, e Agência Alemã de Cooperação (GTZ), de acordo com as diretrizes estabelecidas no convênio, denominado Protocolo Verde, assinado entre o IBAMA (Instituto Brasileiro do meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Banco Central do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil e Banco da Amazônia.

Na compra e venda de empresas, a identificação do Passivo Ambiental tornou-se primordial, dada a responsabilidade que poderá ser imputada aos novos proprietários pelos efeitos prejudiciais ao meio ambiente provocados pelo processo operacional da companhia ou pela forma como os resíduos poluentes foram tratados, independentemente da pessoa que figure ou que figurou como proprietário na ocasião em que o fato gerador da penalidade

ocorreu, em caso de descoberta posterior ao momento da negociação. E isso pode gerar significativos impactos no fluxo financeiro e econômico da organização.

A identificação do Passivo Ambiental, nos processos de privatização e de compra, adquiriu grande relevância na negociação dos valores das transações. Onde foi verificado que nos processos de incorporação de empresas com características altamente poluentes, em que esse item foi ignorado houve grandes prejuízos para a incorporadora. Mediante a demonstração de resultados, a apuração contábil do desempenho das empresas pode evidenciar o montante de recursos consumidos naquele período específico para a proteção, controle, preservação e restauração ambiental, e não esquecendo de ressaltar o montante de gastos com penalidades e multas.

É de grande importância a evidenciação dos fatores que refletem a interação da empresa com o meio ambiente. Independente de quem seja o usuário dessa informação, poderá estar interessado na identificação dos riscos e eventual descontinuidade e das perspectivas de continuidade, tendo em vista as ações e pressões governamentais, da comunidade financeira, de crédito e da sociedade em geral.

Para permissão da instalação e manutenção de empresas em determinados Municípios, essas informações poderão ser utilizadas nas análises do custo benefício que poderá ser proporcionado pela vinda da empresa. Levando em consideração, que a ocupação de mão-de-obra local e o pagamento de impostos só constituirão benefício para a localidade, se não resultar em deteriorização do patrimônio natural.

As informações da identificação e apuração dos recursos econômicos financeiros consumidos pelas empresas, é fornecida pela Contabilidade. Todos os procedimentos pertinentes à proteção, recuperação e restauração do meio ambiente envolvem o consumo de recursos financeiros e econômicos.

6.2 Os Recursos Humanos

Antigamente, era considerado um grande benefício, ter um emprego, ter quem empregasse. A escassez de empregos induzia as pessoas a sacrifícios exagerados para a manutenção destes. Os cargos disponíveis eram largamente disputados em troca de uma remuneração ridícula, sem qualquer condição de segurança ou de saúde ocupacional, onde muitas vezes obrigando crianças ao trabalho para a complementação da renda familiar

mínima. Sabe-se que esta não é uma situação totalmente extinta, porém, quantitativamente, houve grandes avanços.

Essa situação contribuiu fortemente para a degeneração dos seres humanos no que dizia respeito ao seu convívio na sociedade e mesmo na vida familiar, uma vez que eram condenados à marginalidade à abstinência de fatores elementares para sobrevivência.

Através das pressões dos movimentos sindicalistas, governamentais e de direitos humanos, surgiu a consciência de responsabilidade social, também sob este aspecto. Atualmente, com maior ou menor nível de escassez de cargos, as empresas são obrigadas à implementação e manutenção de condições adequadas quanto à segurança e saúde ocupacional de seus funcionários, bem como estão proibidas de utilizar mão-de-obra infantil (obviamente há casos de transgressões) e, também, têm de limitar a ocupação de seus funcionários a oito horas diárias, ou até menos, conforme a característica da atividade desenvolvida.

Com maior consciência de seus direitos, as entidades de classe passaram a exigir remunerações condizentes com os cargos ocupados, na forma direta (salários) ou indireta (planos de assistência médica, auxílio transporte, vale refeição, cesta básica alimentar, auxílio natalidade, salário família, etc.). O conjunto desses fatores que remuneram o trabalho da mão-de-obra empregada resulta na satisfação, realização e valorização pessoal do trabalhador, social, econômica e psicologicamente, e, por conseguinte, da sociedade em seu todo.

O empresário conscientizou-se de que benefícios adicionais aos determinados por lei ou por força das pressões externas, eram necessários para estimular seus colaboradores. Esses benefícios visam à otimização dos resultados esperados das atividades. Apesar das resistências iniciais quanto a sua instituição, percebe-se que eles contribuem para a produtividade da empresa.

Alguns benefícios como:

- O assistência médica oferecida pelas empresas reduz as ausências dos funcionários, fazendo com que estes recorram em número bem menor aos serviços públicos de saúde, os quais, abarrotados pela imensa procura e carentes de profissionais para atendimento, consomem grande parte do tempo de seus usuários somente em filas de espera;

- O fornecimento de refeições, ou de vale alimentação, contribui para a melhor alimentação dos empregados – ainda que em alguns casos esteja distante da necessidade real destes e de seus familiares – e, conseqüentemente, resulta em mais forças e energia para a execução das tarefas;
- Os programas de treinamento profissional de formação básica se refletem na produtividade, na medida em que, mais esclarecidos, os funcionários incorrem em menor quantidade de erros;
- A limitação da carga horária de trabalho diário em geral e por profissões específicas, de acordo com as características das atividades, também é um fator fundamental na redução de falhas, diante das melhores condições físicas de que dispõe um trabalhador que tem as horas adequadas para o necessário descanso;
- A ajuda de custo para transporte também é fator decisivo nas condições físicas do empregado, que muitas vezes se via obrigado, em função de baixa remuneração, a percorrer longas distâncias a pé;
- A cesta alimentar também constitui fator estimulante para os funcionários, pois, como os demais benefícios, representa um complemento salarial, o qual muitas vezes serve para aliviar as preocupações do trabalhador com os recursos para sua alimentação mínima e de seus familiares, revertendo, portanto, em maior atenção para o processo operacional da empresa.

A concessão desses benefícios reflete a responsabilidade da empresa no que tange à contribuição para a melhoria das condições de vida da sociedade, essencialmente dos habitantes da comunidade onde está instalada.

◦ Muitos dizem que essa é uma responsabilidade do governo. Mas devemos considerar, que a empresa deve proporcionar benefícios em troca dos que obtém em função da permissão de instalação e de continuidade, dos serviços prestados pelos funcionários e de sua aceitação pela sociedade. Trata-se da velho ditado popular de que é dando que se recebe.

◊ Na configuração do Balanço Social, propõe-se que a empresa demonstre a quantidade de funcionários que emprega, sua distribuição por sexo, idade, formação escolar, cargos ocupados, total da remuneração, benefícios oferecidos, tais como: treinamento assistência médica e social, auxílio alimentar (vale refeição e cesta básica alimentar), transporte e bolsas de estudo. Estas informações, além de evidenciarem a responsabilidade

social da empresa, podem auxiliar no processo de melhoria dos serviços públicos, na medida em que são identificados os setores não atendidos, ou menos beneficiados. Por exemplo, se a empresa mantém escola de nível básico para seus funcionários, familiares destes e para a comunidade local, a administração do Município poderá realocar os recursos que seriam utilizados nesses serviços para outras áreas carentes, como a saúde, o saneamento básico, transportes coletivos, etc., ou aplicá-los na própria área educacional, de forma a atender satisfatoriamente a parcela da população não atingida. Em outro caso, se a empresa sediada em área afastada propicia o transporte de seus funcionários, o governo municipal poderá aplicar os recursos destinados à implementação e manutenção dos transportes públicos em outras áreas (como a pavimentação, por exemplo) ou, pelo menos, reduzir o seu gasto de recursos nessa finalidade.

Sob os aspectos educacionais, nota-se um descompasso entre as necessidades de formação na vida profissional e o currículo escolar. A informação quanto à formação escolar e cargos ocupados podem servir de direcionadores para a correção dos programas escolares, de forma a atender as necessidades evidenciadas.

Os dados relativos à composição da mão-de-obra, por idade e sexo, podem deixar evidenciadas as carências existentes quanto às faixas etárias e sexo não absorvidos. Com isso, as providências governamentais podem ser agilizadas para a busca de uma solução, ou mesmo, podem estimular a criação de novas atividades econômicas que possam ser desenvolvidas com a referida mão-de-obra não utilizada.

A Contabilidade poderá elaborar o Balanço dos Recursos Humanos empregados e beneficiados pelas empresas, em conjunto com o departamento responsável pela administração dos recursos humanos da empresa. O perfil da força de trabalho e os benefícios que lhe são proporcionados poderão ser definidos em conjunto e correlacionados com os eventos e transações econômico-financeiros que afetam a situação patrimonial e os resultados, de forma a demonstrar o retorno auferido pela empresa, como aumento de produtividade, redução de gastos com departamentos médico e até valorização do patrimônio da entidade. É de se lembrar que, para muitas empresas, os recursos humanos que elas empregam constituem o seu mais valioso ativo.

6.3 Valor Adicionado pelas Empresas

Nos itens anteriores foram abordadas as questões ambientais e de recursos humanos associadas à condução das atividades econômicas, ressaltando sempre o envolvimento dos aspectos econômico-financeiros envolvidos nesta interação e a compensação dos recursos consumidos pelos benefícios gerados, sob estas abordagens específicas.

A Contabilidade utiliza a Demonstração do Valor Adicionado, pra identificar e divulgar o quanto a atividade da empresa gera de recursos adicionais para a economia local e para quem os distribui. Tornando-se assim, uma informação de fundamental importância para a gestão econômica governamental regional, dado que a instalação de uma empresa consome, necessariamente, recursos públicos, por meio da implementação de infra-estrutura básica, como: asfalto, rede de água e esgoto, etc., ou na forma de subsídios, redução de impostos, permanente ou temporariamente.

Para a avaliação de investimentos faz-se necessário identificar os benefícios que podem gerar (ou que estão gerando) frente aos recursos que consomem, de modo a se aferirem as vantagens de permissão de sua instalação ou continuidade, ou, ainda, para induzi-las à melhoria de seu comportamento econômico e social.

A empresa instalada em determinado Município deve empregar a mão-de-obra local, gerar benefícios para estas pessoas e seus familiares, como também para a comunidade que a cerca. Cada Município recebe uma verba dos governos estadual e federal, e a completa com impostos municipais arrecadados, devendo gerenciar o atendimento das necessidades básicas de infra-estrutura e urbanização da cidade. Mas ainda é necessário a criação de atividades econômicas que gerem impostos, para complementar recursos e também para ocupar a mão-de-obra disponível.

Empregar a mão-de-obra local implica reduzir os serviços assistenciais do governo e incentivar a criação de novos postos de trabalho e de geração de impostos, como as atividades comerciais e de serviços, além, obviamente, de elevar a renda da comunidade.

Devemos ressaltar o caso de uma indústria que obtém autorização para funcionamento em um Município, mas utiliza mão-de-obra de outro Município, os recursos distribuídos a título de remuneração serão consumidos nesse outro Município, desestimulando com isso a criação de atividades econômicas que poderiam absorver tais recursos municipais com o uso da infra-estrutura que lhe foi entregue.

Existem empresas que consomem todos os recursos já mencionados, e o único benefício que propicia é o emprego dos moradores da cidade e não adiciona nenhum valor durante o seu processo produtivo. Esta é uma situação não muito comum, mas configuraria poucas alternativas de continuidade, dado que esta requer o reinvestimento dos resultados positivos, ou seja, dos lucros, na manutenção da empresa. Os sócios não podem estar permanentemente aportando novos recursos à companhia, esta deve ter condições para sua automanutenção. É necessário que seja agregado algum valor aos produtos da empresa, de forma a justificar um sobrepreço que permita sua continuidade.

O valor adicionado constitui-se da receita de venda deduzida dos custos dos recursos adquiridos de terceiros, como: matéria-prima, mercadorias para revenda, serviços de terceiros, energia elétrica, enfim, todos os insumos adquiridos de terceiros e consumidos durante o processo operacional.

O resultado representa o que a empresa adicionou aos insumos/serviços adquiridos de terceiros para chegar ao seu produto/serviço final: corresponde, portanto, à riqueza gerada. É o que se tem convencionado denominar Valor Adicionado Bruto.

Contudo, a empresa utiliza-se também de instalações, máquinas, equipamentos e outros ativos de vida útil mais extensa, diminuindo-lhes o potencial de uso. Na Contabilidade, tal redução do potencial de uso, é refletida pela depreciação, amortização e exaustão. Assim dada a essencialidade do consumo parcial desses ativos para a geração da riqueza, seu valor deve ser deduzido do valor adicionado bruto, conduzindo ao valor adicionado líquido, o qual reflete a efetiva contribuição da empresa para a economia local.

Não esquecendo os valores recebidos de outras empresas, sem sacrifícios operacionais, como o caso do resultado de participações societárias. A investidora realizou o investimento em algum momento passado e, nos períodos posteriores, apenas receberá os frutos dessa aplicação, sem qualquer esforço, pelo menos em princípio. O mesmo acontece com as receitas financeiras: não há esforço da investidora, ela apenas aplica seus recursos no mercado, e, dependendo das oscilações deste, é que será sua receita.

Assim, o valor adicionado líquido, somado às receitas recebidas em transferência, demonstrará o total dos recursos distribuídos.

A distribuição do valor adicionado reflete quem são os beneficiados com o desempenho da empresa, como: empregados, governo, terceiros, acionistas, os quais estão representados pela remuneração do pessoal e encargos sociais; impostos sobre vendas, produção e serviços, taxas e contribuições; juros sobre capital de terceiros e próprio,

dividendos, aluguéis de móveis e imóveis; e, por fim, pode ser retido a título de reinvestimento na organização.

A análise da distribuição do valor adicionado identifica a contribuição da empresa para a sociedade e os setores por ele priorizados. Este tipo de informação serve para avaliar o desempenho da empresa no seu contexto local, sua participação no desenvolvimento regional, e estimular, ou não, a continuidade de subsídios e incentivos governamentais. E, em um contexto maior, pode servir de parâmetro para definição do comportamento de suas congêneres.

Note-se, novamente, que o banco de dados necessário para a elaboração dessa demonstração já está disponível na Contabilidade, fazendo-se necessário apenas um estímulo para que seja utilizado.

Ter informações sobre a conduta operacional, econômica e financeira das empresas é um fator primordial para a gestão governamental, seja municipal, estadual ou federal, principalmente no que se refere à alocação dos escassos recursos. O instrumento já existe: a Contabilidade. Por meio da identificação, mensuração e divulgação das referidas informações, a Contabilidade pode contribuir muito com o governo e com a sociedade em geral, na busca de soluções para os emergentes e crescentes problemas sociais, principalmente no Brasil, país em desenvolvimento, com notória carência de recursos financeiros.

Este assunto ainda será estudado com mais ênfase no capítulo seguinte.

7. Preparação do Balanço Social



Após realizada a concepção do Balanço Social (assunto estudado no capítulo anterior), analisar-se-á agora a sua preparação. Levando em consideração a conciliação dos aspectos econômicos e contábeis com os sociais.

Conforme TINOCO (1984: 58):

A preparação do Balanço Social comporta duas fases:

- ◆ *“Na primeira o responsável designado para elaborá-lo deve promover e coordenar a concepção do documento. O escopo, os meios, os objetivos a serem alcançados são definidos e planejados visando sua preparação.*

- ◆ *A segunda fase compreende a execução do trabalho planejado, após os ajustamentos de rotina, em que os indicadores e as fontes de informação já foram previamente definidos.*

Existem discussões e polêmicas sobre as abordagens a serem adotadas na preparação do Balanço Social. Para alguns pesquisadores estudiosos e acadêmicos deve-se adotar a abordagem contábil, em que os aspectos relacionados ao “Valor Adicionado” gerado pela empresa, bem como a “Contabilidade Societal” são colocados em evidência. Para outros, seguidores da Lei Francesa a ênfase concentra-se nos aspectos sociais, nos aspectos ambientais, colocando as relações do pessoal com a empresa, e desta com a cidade e o meio ambiente em evidência, mas somente no que tange aos aspectos quantitativos. Para outros, há ainda uma abordagem mista. Esta concilia os aspectos econômicos e contábeis com os sociais”.

Após vários estudos realizados a abordagem mista é considerada a mais completa. As demonstrações contábeis tradicionais, previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que são:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos;
- Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados ou das Mutações do Patrimônio Líquido (S.A Aberta);
- Notas Explicativas e quadros analíticos suplementares.

Juntamente com estas demonstrações, devemos apresentar relatórios que possibilitem descrever o emprego, as relações de trabalho existentes nas entidades, a forma como os trabalhadores ingressam no mercado de trabalho, sua evolução ao longo do tempo, o modo como a empresa estimula sua formação e promoção, a remuneração e outros benefícios conferidos aos funcionários, as condições de vida e trabalho, condições de higiene e segurança como também a Demonstração do Valor Adicionado.

7.1 Relação entre os Assalariados e a Entidade

Deve-se abordar nesta parte do Balanço Social, alguns pontos fortes, como:

- **Emprego** ⇒ Deve constatar a apresentação e a quantificação do pessoal, observando-se várias classificações, como as seguintes:
 - Volume total de empregados no fim de cada exercício.
 - Número de pessoas ocupadas, segundo o sexo.
 - Número de pessoas ocupadas, segundo a categoria profissional do sexo.
 - Número de pessoas ocupadas, segundo o grau de instrução.
 - Número de pessoas ocupadas, segundo a idade.
 - Número de pessoas ocupadas, segundo o tempo de trabalho na empresa.
 - Número de pessoas ocupadas, segundo o estado civil.
 - Número de pessoas ocupadas, segundo a raça.
 - Número de pessoas ocupadas, segundo a nacionalidade.
 - Número de pessoas ocupadas, por tipo de contrato de trabalho, tempo integral, temporário, parcial, optantes ou não do FGTS.
 - Número de pessoas ocupadas por estabelecimento e distribuição espacial.

- **Salários e outros benefícios** ⇒ Apresentação dos salários que podem ser:
 - Pessoas ocupadas por instrução, segundo classes salariais.
 - Pessoas ocupadas por sexo, segundo classes de salário.
 - Pessoas ocupadas por categoria profissional, segundo as classes salariais.
 - Ascensão na escala salarial da empresa, mostrando a sua abertura.
 - Comparação dos salários pagos na empresa com aqueles pagos nas empresas do mesmo setor.
 - Acompanhamento dos salários em relação aos outros segmentos formadores do valor adicionado, bem como dos salários em relação à receita bruta da empresa, ao longo dos últimos três anos.
 - Relação entre salários pagos aos trabalhadores e o valor adicionado gerado, ao longo do tempo, evidenciando sua evolução.
 - Comparação de salários, das pessoas que ocupam cargos de gerente, com o dos operários.

- **Condições de higiene e segurança** ⇒ Deverá ser analisado se estas estão de acordo com as normas legais, permitindo um clima de segurança no trabalho, evitando acidentes com as pessoas ligadas diretamente ou indiretamente com as atividades da empresa.
- **Formação profissional** ⇒ Não se devem ficar presos somente ao grau de escolaridade dos funcionários, mas analisar os procedimentos e investimentos aplicados para a formação profissional do quadro de empregados.
- **Outras condições de trabalho** ⇒ Deve conter as informações referentes a locomoção dos assalariados de sua moradia para o local de trabalho, a moradia destes e não esquecendo das condições psicológicas e psíquicas, etc..

7.2 Valor Adicionado – Uma continuação do Balanço Social



O assunto vem merecendo atenção de vários estudiosos na área contábil, que já se ressentem de demonstrações que deixem transparentes, e em linguagem simples, quanto a empresa gerou de riquezas para a sociedade, qual foi a participação do governo, quanto foi a remuneração aos donos do capital, qual foi o valor destinado à remuneração do trabalho e quanto receberam os terceiros financiadores do capital de giro da empresa.

As publicações das Demonstrações Contábeis atualmente se limitam aos demonstrativos previstos pela Lei nº 6.404-76.

A Demonstração do Resultado tem como objetivo principal avaliar quanto foi o resultado e como este resultado foi gerado. Informações extremamente úteis, não se pode negar, mas que interessam diretamente ao empresário, dono do capital.

Estas demonstrações, apresentadas de maneira resumida e de forma agrupada, pouco revelam ao público externo, que não têm conhecimento ou acesso aos dados contábeis das empresas, tornando impossível qualquer análise sobre ela e, muito menos, conhecimento do que esta empresa está fazendo pela comunidade e pelo País.

Normalmente vemos publicações de Demonstração de Resultados desta forma:

EMPRESA MODELO DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (EM R\$ MILHÕES)	
RECEITA DE VENDAS	1.723
IMPOSTOS SOBRE VENDAS	(308)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	1.415
CUSTOS DAS VENDAS	(989)
LUCRO BRUTO	426
DESPEAS COM VENDAS	(113)
DESPEAS FINANCEIRAS	(92)
RECEITAS FINANCEIRAS	45
DESPEAS GERAIS E ADMINISTRATIVA	
Honorários dos administradores	(4)
Despesas Gerais	(183)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	2
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	3
LUCRO OPERACIONAL	84
DESPEAS NÃO-OPERACIONAIS	(4)
EFEITO INFLACIONÁRIO	(31)
LUCRO ANTES DAS DEDUÇÕES	49
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8
PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES	(2)
OUTRAS PARTICIPAÇÕES ESTATUÁRIAS	(12)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	43

Ela preenche os requisitos legais e fornece informações importantes e de interesse, principalmente, do acionista, que quer saber quanto foi a remuneração de seu investimento.

A demonstração do Valor Adicionado, usando a mesma Demonstração de Resultados, mostra a riqueza gerada pela empresa e como esta riqueza foi distribuída entre os diversos setores que contribuíram, direta ou indiretamente, para geração dessa mesma riqueza, como os sócios as instituições financeiras, o governo e os funcionários.

O valor adicionado pode ser entendido como a diferença entre o valor da receita e o custo dos insumos adquiridos de terceiros (matérias – primas, materiais consumidos e serviços). Corresponde ao valor que a empresa agregou aos produtos que serviram de insumos à produção e é considerado como a geração de riquezas para remuneração dos fatores de produção, bem como o conhecimento de quanto a empresa contribui para a formação da riqueza do País. É, em suma, a demonstração contábil do Produto Interno Bruto – PIB, isto é,

a riqueza gerada pela empresa em um determinado espaço de tempo, exercício social, e a sua distribuição aos diversos setores da sociedade.

DE LUCA (1991: 17):

“O Valor Adicionado é também definido como a remuneração dos esforços desenvolvidos para a criação da riqueza da empresa. Esses esforços são, em geral, os empregados, que fornecem a mão – de – obra, os investidores que fornecem o capital, os financiadores, que emprestam recursos, e o governo, que fornece a lei e a ordem, infra – estrutura socioeconômica e os serviços de apoio”.

7.2.1 Composição do Valor Adicionado

Assim se compõem as linhas que formam a demonstração do Valor Adicionado:

□ Entradas:

- **Vendas de Produtos e Serviços** ⇒ Destinada à demonstração da receita bruta da venda de produtos e da prestação de serviço, ajustada por valores não-operacionais, financeiros e de Equivalência Patrimonial.
- **Receitas Financeiras** ⇒ Demonstra os valores auferidos pela empresa resultantes de atividade de financiamento de clientes, de aplicações financeiras de sobras de caixa e outras receitas financeiras.

□ Saídas:

- **Matérias-Primas e Bens de Consumo** ⇒ Contempla o valor das matérias-primas consumidas, gastos gerais de fabricação, despesas com vendas e despesas gerais e administrativas, com exceção dos salários, encargos sociais, depreciação, amortização, exaustão e serviços adquiridos de terceiros.

- **Serviços de Terceiros** ⇒ Registra todos os custos despendidos com terceiros, como comissões sobre vendas, honorários profissionais e remuneração por prestação de serviços.

□ **Destinações:**

- **Salários e Encargos** ⇒ São apropriados os valores despendidos a título de ordenados, salários e encargos sociais, tanto das pessoas ligadas à produção como da área administrativa, e a remuneração dos administradores.
- **Impostos** ⇒ incluem-se nesta linha, os valores gerados ou pagos – dependendo da forma escolhida para a demonstração – correspondentes aos tributos federais, estaduais e municipais (Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, IPI, PIS, COFINS, ICMS, IPVA, IPTU, ISS e outros).
- **Juros** ⇒ São os custos com recursos fornecidos por terceiros, provenientes de financiamentos do ativo imobilizado e do capital de giro.
- **Retenções** ⇒ Contempla valores contabilizados a título de depreciação, amortização e exaustão, tanto os apropriados na produção, como em despesa operacionais.
- **Participações e Lucros Retidos** ⇒ Somatório das participações dos Administradores, Partes Beneficiárias, se houver, e o Lucro Líquido do Período.

A Demonstração do Valor Adicionado tem um papel importante na motivação das pessoas envolvidas na formação da riqueza e quanto dela foi destinada a cada elemento da sociedade. Ao empregados, os financiadores, o governo e os sócios conseguem acompanhar o quanto a eles foi destinado da riqueza produzida pela empresa, relativo à remuneração do trabalho, do capital e pelo fornecimento de infra-estrutura e condições de operacionalidade de empreendimento.

A Demonstração de Resultados, antes transcrita (EMPRESA MODELO) e correspondente à realidade de uma grande empresa nacional, levantados por meio dos registros contábeis os valores componentes de cada linha da Demonstração do valor

Adicionado, mostra a seguinte geração de riqueza e a sua distribuição, relativa ao ano de 1995. As demonstrações que serão transcritas a seguir correspondem a duas das diversas formas de apuração do valor Adicionado, pois não existe um padrão utilizado por todas as empresas:

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	R\$	
IMPOSTOS GERADOS	Milhões	
I – ENTRADAS		
VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS	1.713	
RECEITAS FINANCEIRAS	30	
II – SAÍDAS		
MATÉRIAS-PRIMAS E BENS DE CONSUMO	(886)	
SERVIÇOS DE TERCEIROS	(21)	
VALOR ADICIONADO	836	100%
III – DESTINAÇÕES		
SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS	298	35%
IMPOSTOS GERADOS	305	37%
JUROS	97	12%
RETENÇÃO (DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO)	79	9%
PARTICIPAÇÕES E LUCROS RETIDOS	57	7%
TOTAL	836	

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO IMPOSTOS PAGOS	R\$	
	Milhões	
I – ENTRADAS		
VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS	1.713	
RECEITAS FINANCEIRAS	30	
II – SAÍDAS		
MATÉRIAS-PRIMAS E BENS DE CONSUMO	(1.070)	
SERVIÇOS DE TERCEIROS	(21)	
VALOR ADICIONADO	652	100%
III – DESTINAÇÕES		
SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS	298	45%
IMPOSTOS PAGOS	121	19%
JUROS	97	15%
RETENÇÃO (DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO)	79	12%
PARTICIPAÇÕES E LUCROS RETIDOS	57	9%
TOTAL	652	

No primeiro caso está demonstrada a riqueza gerada levando-se em consideração os valores de impostos gerados efetivamente pela empresa, desconsiderados os valores que foram compensados, provenientes dos créditos gerados pelas aquisições de matérias-primas e materiais de consumo, atendendo ao princípio de não-comulatividade dos impostos. Já no segundo exemplo, foram utilizados os valores líquidos de impostos, ou seja, os impostos efetivamente recolhidos aos cofres públicos.

A análise mais apurada da Demonstração do valor Adicionado traz informações importantes, inclusive mudando o enfoque gerencial na condução dos negócios da empresa.

A comparação do Valor Adicionado de uma empresa com o de outra pode revelar informações importantes, como de uma empresa que tem na formação de seu preço de venda um volume maior de compras do que outra. A simples comparação do total do faturamento não é suficiente e, até pelo contrário, pode levar a conclusões não muito satisfatória para a

comunidade. Pouco representa para uma comunidade uma empresa com o faturamento expressivo, mais também com grandes volumes de compras, pois o Valor Adicionado será pequeno em relação à grande movimentação financeira da empresa.

O acompanhamento do Valor Adicionado da empresa, por diversos anos, nos possibilita identificar como se está procedendo esta evolução, inclusive medindo quanto cada fator contribui para a formação da riqueza, como: remuneração dos funcionários/valor adicionado, que significa a contribuição para a mão-de-obra; impostos/valor adicionado, que indica quanto da riqueza gerada foi para o governo; remuneração dos sócios (lucros)/valor adicionado, que indica o quanto da riqueza gerada ficou para os sócios; e, assim, pode-se medir em função do enfoque que nos interessa analisar.

Deve-se deixar claro que o assunto está sendo colocado de uma forma e num contexto bastante simples, mas sabe-se que, nas empresas alguns aspectos podem apresentar certo grau de complexidade, à medida que seu plano de contas contemplar uma abertura adequada ou não apresentar uniformidade de critérios contábeis. Aí cabe a nós, profissionais da contabilidade, zelar para que isso não aconteça e para que se torne realidade a maior transparência das Demonstrações Contábeis nas nossas empresas.

8. Auditoria do Balanço Social

8.1 Conceito

Segundo COOK (1993: 4):

“Auditoria é o estudo e avaliação sistemática de transações, procedimentos, operações e das demonstrações financeiras – acrescenta-se sociais e ecológicas (balanço social) – resultantes. Sua finalidade é determinar o grau de observância dos critérios estabelecidos e emitir um parecer (relatório de opinião e recomendações, no caso do balanço social) sobre o assunto”.

O objetivo macro da auditoria do Balanço Social é o de contribuir para a maior confiabilidade do processo de gestão administrativa, bem como proporcionar subsídios à melhoria contínua exigida pela necessidade de prosperidade da célula social.

Auditoria do Balanço Social é uma função organizacional de estudo, revisão, avaliação e emissão de opinião quando o ciclo da gestão administrativa de caráter social e ecológico.

Pela amplitude do conceito da auditoria, percebe-se que todas as etapas, as atividades, os eventos e/ou fenômenos que ocorrem na entidade merecem atenção especial, com o fim de proporcionar subsídios confiáveis para o processo de análise e de tomada de decisões – econômicas e sociais. Não fugindo a essa realidade, a parte que toca à demonstração do Balanço Social necessita de procedimento de auditores adequados a esse processo.

Por sua vez os benefícios da implementação da auditoria social são muitos entre eles é possível citar:

- ❑ Redução de riscos ambientais e sociais;
- ❑ Redução de custos – com implementação de modelos de prevenção;
- ❑ Novas oportunidades de mercado;
- ❑ Maior confiança na organização, por parte de investidores, credores e sociedade em geral;
- ❑ Maior comprometimento e participação dos empregados; e,
- ❑ Conseqüentemente, maior nível de qualidade organizacional e social.

Acrescenta-se ainda, que os modelos de auditoria social, consubstanciados nas metodologias tradicionais incrementam o conceito de auditoria de gestão, procurando avaliar e ampliar os conceitos dos controles internos, decorrentes da ação administrativa e produtiva. Neste sentido, o benefício organizacional, ambiental e social é inestimável.

Para buscar a efetivação desses benefícios, faz-se necessário a construção de um modelo de auditoria para o Balanço Social, o qual deve procurar contemplar todas as metodologias peculiares às atividades de auditoria, ou seja, na condição de auditor, o profissional inicialmente segue as etapas que propocionaram o planejamento e a execução do trabalho requisitado pelo auditado, utilizando-se das técnicas e dos procedimentos usuais ao processo de auditoria, bem como de outros procedimentos específicos salutarés à atividade de Auditoria do Balanço Social. Segue com avaliação do trabalho realizado e a emissão da opinião e recomendações sobre os eventos estudados.

Assim, a Auditoria do Balanço Social pode ser desenvolvida tanto internamente (no âmbito da organização), fazendo parte do trabalho um grupo qualificado de auditores internos, quanto pela auditoria externa, ao ser confirmada por esta que é exercida pelos auditores independentes, com experiência na área ecológica e social (ou com auxílio de especialistas), objetivando um grau elevado de qualidade, proporcionando maior confiança e garantia à gestão, aos investidores, clientes, fornecedores, ao governo, aos empregados e à sociedade em seu todo.

Porém, poucas são as entidades que realizam programas de auditoria social; na França e na Alemanha têm-se exemplos de desenvolvimento dessa prática. A tendência é que mais entidades, em diversos países, e se a auditoria social, no momento em que os gestores compreendam sua importância para a entidade e à medida que a sociedade organizada exija da organização um posicionamento claro a respeito de suas atividades e influências no ambiente organizacional, interno e externo.

Consequentemente, não existem ainda normas internacionais capazes de disciplinar todo o processo. Entretanto, com o início e divulgação de um maior número de informações sociais e econômicas, poder-se-á chegar, em curto prazo a estabelecer parâmetros, originando os futuros princípios, ecológica e socialmente aceitos, à semelhança dos princípios contábeis e das normas internacionais de auditoria, que evoluíram ao longo do tempo, baseados em experiências de empresas norte-americanas. Cabe, aqui, ressaltar o apoio e a contribuição significativa dos profissionais da Classe Contábil, das entidades governamentais e não-governamentais para a construção dessa realidade.

8.2 Metodologia para Auditoria do Balanço Social

Segundo Gonçalves (1980: 65):

“A riqueza interpretativa que resulta de um bom exercício profissional contábil não se baseia apenas em algarismos, mas também em outros juízos de valor, relativos a critérios, contingências, tendências, costumes, circunstâncias, leis, políticas, consistências”.

Com isto, a metodologia para Auditoria do Balanço Social deve levar em conta tais juízos, pois estes são de extrema importância para o processo de planejamento, execução, avaliação e emissão de opinião.

É necessário salientar algumas etapas metodológicas entendidas como importantes para a construção do Modelo de Auditoria do Balanço Social, nas quais o auditor inicia o processo de coleta de evidências chegando à formulação do relatório, momento em que ressaltam suas opiniões e recomendações:

□ **Conhecimento das políticas de gestão**

Toda a organização necessita saber claramente qual a sua missão, ou seja, em qual horizonte a entidade atua, qual o negócio a ser trabalhado. Essa missão deve ser do conhecimento de todo o conjunto de recursos humanos, e serve para balizar todas as demais políticas, estratégias, objetivos e atitudes a serem desenvolvidos pela entidade.

A missão pode ser descrita na própria demonstração do Balanço Social, servindo de subsídio para todas as análises e parâmetros apresentados na sequência do desenvolvimento da mencionada demonstração.

Na realidade, as políticas são parâmetros ou orientação para a tomada de decisão, geralmente sendo formuladas pela alta direção da entidade, e servem de guia para toda instituição; podem ser descritas ou comunicadas verbalmente, fazendo parte da cultura da organização. Essas políticas podem ser exemplificadas como sendo diretrizes, pelas quais toda a parte operacional e administrativa deve zelar e segui-las (exemplo de políticas: prazos de vendas a clientes, níveis de descontos, requisitos de admissão de recursos humanos, reinvestimento dos resultados, entre outras).

Essas políticas muitas vezes se originam da compreensão pessoal do alto escalão administrativo, compostas por ideologias, filosofias e dogmas, entre outros fatores.

Na percepção do auditor do balanço social, procura-se identificar as políticas, principalmente na área de recursos humanos (social) e ambiental (ecológica). Muitas dessas políticas são descritas na própria demonstração do Balanço Social. Observa-se, assim, sua forma de implementação, uma vez que elas irão refletir significativamente no sentido da visão holística, necessária para o encaminhamento do trabalho. Também cabe verificar, no processo de revisão e avaliação, o cumprimento, ou não, das políticas mencionadas.

□ **Objetivos organizacionais**

Além de identificar as políticas, é importante o conhecimento dos objetivos organizacionais, os quais são construídos pelos chamados Cientistas Organizacionais e têm como característica básica a capacidade de criar parâmetros ou metas a serem atingidas. Esses objetivos podem ser globais e/ou departamentais, observadas as devidas circunstâncias.

Dentre os objetivos organizacionais em nível global, é possível citar alguns que servem de orientação para entidades identificadas com o gerenciamento, ecológica e socialmente correto:

- Demonstrar a compatibilidade da economia de mercado com os requisitos ecológicos, sociais e éticos;
- Garantir a sobrevivência da entidade, identificando tendências globais em seus primeiros estágios e levando-as em conta no planejamento estratégico;
- Buscar vantagens competitivas, minimizando os impactos ambientais;
- Adotar uma postura proativa e criativa em relação aos desafios ecológicos e sociais em todas as áreas de atuação da entidade;
- Cooperar com parceiros comerciais e acadêmicos para acelerar a acumulação de conhecimentos ecológicos e sua difusão;
- Despertar e construir a boa vontade dos funcionários, do público em geral e dos órgãos governamentais, resultante do compromisso ecológico da entidade;
- Promover a redução de custos, e a consequente economia de energia e de recursos, e o avanço de outras tecnologias ecofavoráveis;
- Minimizar os riscos decorrentes da responsabilidade legal de diretores ou de produtos, mudanças súbitas na demanda de consumidores por motivos ecológicos;
- Incentivar a mudança da legislação por meio do lobby de cunho ecológico.

Objetivos semelhantes precisam ser fixados para todos os departamentos:

- **Pessoal** ⇒ tornar a entidade para funcionários que se preocupam com o ambiente, reforçando assim a lealdade do quadro funcional, no sentido de desencadear um processo de implementação de gestão participativa;

- **Compras** ⇒ demonstrar consciência ecológica na compra de matérias-primas e suprimentos;
- **Produção** ⇒ cortar custos poupando energia, matérias-primas, águas e outros recursos naturais, renováveis, ou não, envolvidos no processo produtivo;
- **Projeto de produtos** ⇒ revisar as especificações para minorar o impacto na produção, no uso do produto pelo cliente (interno ou externo e no descarte (término da vida útil do produto, encontrando soluções para o reaproveitamento do material – reciclagem ou acondicionamento em local seguro que não cause dano ambiental).
- **Distribuição** ⇒ procurar usar meios de transportes alternativos seguros, que gastem menos energia e causem menos poluição, aumentando a qualidade do serviço prestado;
- **Contabilidade** ⇒ construir demonstrações contábeis, objetivas e concisas, identificadas com as políticas e objetivos organizacionais, seguindo os princípios contábeis e observando as tendências sociais e ecológicas.

□ **Ambiente organizacional**



Cabe, ainda, ao auditor, na condição e planejador dessa atividade, procurar familiarizar-se com a estrutura organizacional, ou seja, é importante conhecer as partes do ambiente interno que compõem a entidade, retratando uma forma de trabalho, bem como sua importância para a organização. Para tal, poderá trabalhar com entrevistas, questionários, construir cenários, fluxogramas, entre outras técnicas capazes de proporcionar o real entendimento do contexto e ambiente que definem a entidade.

□ **Ambiente externo**

As entidades são entendidas, na visão sistêmica, como um conjunto de partes intencionalmente interligadas e interagentes, com objetivos comuns. Nessa concepção,

compreende-se que elas sejam como um sistema aberto, alterando o meio ambiente e recebendo influência deste.

Na preparação do modelo de auditoria, faz-se necessário observar o grau de interação, dependência e comprometimento entre os ambientes interno e externo, e a organização. O auditor busca parâmetros externos e internos que facilitem a efetivação do seu trabalho de avaliação, como, por exemplo: experiências que teve em outras entidades e leituras que demonstrem parâmetros confiáveis, possíveis de servir de base para realização de seu trabalho.

Ressalta-se, desde logo, que na área social e ecológica são poucos os indicadores e/ou parâmetros, ou seja: o lucro de dados ainda é incipiente, pois um pequeno número de órgãos e entidades divulga informações com tal teor. Mesmo assim, os auditores terão de buscar tais informações e procurar construir seu próprio conjunto de dados, os quais serão transformados em informações válidas dentro do contexto, na medida de sua utilização.

8.2.1 Controle Interno e Externo

O conjunto de variáveis, tais como, políticas, objetivos, estrutura do ambiente interno e externo, poderá ser o suporte para a compreensão do sistema organizacional, o qual é monitorado constantemente pelo sistema de controle interno e por agentes externos (governo, auditores independentes, acionistas, entidades não governamentais, entre outros).

Para Attie (1984: 61):

“O controle interno compreende o plano de organização e de todos os métodos e medidas adotadas na empresa para salvaguardar seus ativos, verificar a exatidão e fidelidade dos dados contábeis, desenvolver a eficiência nas operações e estimular o seguimento das políticas administrativas prescritas”.

São encontradas dificuldades conceituais e imprecisão quanto ao verdadeiro entendimento o que seja o controle interno, segundo os diversos autores que estudam o assunto.

Dessa forma, Attie (1984: 61) continua:

“Esta definição é provavelmente mais ampla do que o significado que, às vezes, se atribui ao termo. Na realidade, ela reconhece que um sistema de controle interno se projeta além daquelas questões diretamente relacionadas com as funções dos departamentos de contabilidade e de finanças”.

Comprova-se esse pensamento, pois, neste mundo informatizado, é possível acessar qualquer sistema por meio da internet ou outras formas de ligação. Fica claro, neste instante, a necessidade de controlar tais intermediações. E assim o conceito de controle interno se amplia, permeando parte do ambiente externo, o qual está interligado com a organização.

Dessa forma, segundo Attie (1984: 62), o controle interno tem como objetivos:

- ◆ *“Comprovar a veracidade dos informes e relatórios contábeis, financeiros e operacionais; acrescentam-se, ainda, relatórios de ordem administrativa, caracterizados pelos informes sociais e ecológicos e de planejamento estratégico;*
- ◆ *Prevenir fraudes e, em caso de ocorrência destas, possibilidade de descobri-las o mais rapidamente possível e determinar sua extensão;*
- ◆ *Localizar erros e desperdícios, promovendo ao mesmo tempo a uniformidade e a correção ao se registrarem as operações;*
- ◆ *Estimular a eficiência do pessoal, mediante a vigilância que se exerce por meio dos relatórios;*
- ◆ *Salvaguardar os ativos e, de maneira geral, obter um controle eficiente sobre todos os aspectos vitais do negócio”.*

O controle externo, como a própria expressão já esclarece, compreende o plano global, bem como as medidas e sanções entendidas como salutares ao bom desempenho da entidade no âmbito social e ecológico, ou seja: são as normas, as leis, os princípios, as



políticas, as regulamentações, entre outras formas de controle que a sociedade organizada exerce, seja na forma de governo, seja por meio de entidades não governamentais, identificadas com a preocupação da preservação da harmonia social e ecológica.

Especificamente, na divulgação e na regulamentação das ações sociais e ecológicas, mostra a realidade atual que esse controle externo é ainda bastante embrionário. Embora existam algumas legislações que procuram regular tais ações, faz-se mister um amplo debate em torno destas questões, com o intuito de amadurecer a consciência e a prática da responsabilidade social das entidades.

A Legislação Ambiental Brasileira é composta por inúmeras leis, decretos, resoluções, portarias, entre outros documentos, que procuram regular e normatizar as ações e procedimentos referentes aos seguintes temas:

- Bem de interesse arqueológico, histórico e artístico ⇒ Constituição Federal, art.23, II e IV; art. 24, VII, etc.;
- Água ⇒ Constituição Federal, art. 23; Lei 6.662 – 79, Lei 4.771-64 (Código Florestal); etc.;
- Ar ⇒ Lei 6.938-81 (Lei da Política Nacional de Meio Ambiente); etc.;
- Solo urbano ⇒ Lei 6.76-79;
- Zona costeira ⇒ Lei 7.661-88 (Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro);
- Agrotóxicos ⇒ Lei 7.803-89; Decreto 98.816-90;
- Mineração e garimpagem ⇒ Constituição Federal, arts. 24, 174 e 225; etc.;
- Flora ⇒ Constituição Federal, arts. 24 e 225; Lei 4.771-65 (Código Florestal); etc.;
- Fauna ⇒ Constituição Federal, arts. 23, 24 e 225; Decreto-Lei 221-67 (Código de Pesca); etc.;
- Atividade Nuclear ⇒ Constituição Federal, arts. 21,22 e 225; Lei 4.118-62; etc.;
- Transporte de cargas perigosas ⇒ Constituição Federal, art. 22; etc.;
- Poluição industrial ⇒ Constituição Federal, art. 23; Lei 6.803-80; Decreto Lei 1.413; etc.;
- Atividades potencialmente modificadoras do meio ambiente ⇒ Resoluções CONAMA nºs 1-86, 6-87 e 9-90;
- Saúde ⇒ Constituição Federal, arts. 196, 197, 198, 200 e 225; etc.

A medida em que seus objetivos são relacionados, observa-se o importância do controle externo, tais como:

- Expressar o nível de responsabilidade social da entidade;
- Comprovar o grau de cumprimento das legislações sociais e ambientais;
- Incentivar o desenvolvimento de novas tecnologias não poluentes;
- Conjuguar esforços com o intuito de promover intercâmbio entre a comunidade acadêmica e a iniciativa privada;
- Formar um banco de dados confiável, capaz de proporcionar informações ao planejamento de políticas para a área social e ecológica, no âmbito organizacional e governamental;
- Medir o grau de qualidade dos produtos e serviços organizacionais;
- Garantir os direitos dos consumidores como cidadãos;
- Formular recomendações claras e concisas sobre o processo de gerenciamento, ecológica e socialmente correto.

8.3 Modelo de Auditoria do Balanço Social

O modelo de auditoria para o balanço social deve preocupar-se em conhecer todo o ambiente endógeno e exógeno da organização que interfere no processo de gestão. O auditor na condição de avaliador, constrói uma visão global da entidade, calcada na sua experiência profissional e nos levantamentos preliminares dos controles em relação aos ambientes citados – principalmente indicadores dos controles internos existentes.

Com base neste ponto, reforça-se que o conhecimento das políticas de gestão, dos objetivos organizacionais e da estrutura de controle interno e sua relação com o ambiente externo forma o cerne das informações necessárias ao auditor, ou seja, esses sistemas constroem o conjunto de controles internos, os quais são objeto de intensa avaliação, na atividade de auditoria, e, quanto maior o grau de confiança depositado no sistema de controle interno, menor será a necessidade de coleta de evidências e menor a extensão dos procedimentos que o auditor terá de aplicar a fim de certificar-se da fidedignidade do sistema de gestão. Tudo isso, sempre levando em consideração sua experiência como profissional independente e com qualificação para tanto.

Através de amostragens com parte da população, o conhecimento dos controles internos associados à influência do ambiente externo proporcionam ao profissional de auditoria condições de formar seu modelo, dentro dos padrões de qualidade.

8.4 Fases do Modelo de Auditoria do Balanço Social

8.4.1 Planejamento

O plano decorrente do processo de planejamento de auditoria descreve com pormenores os objetivos do trabalho, o estudo e a avaliação dos controles internos, as técnicas e os vários procedimentos a seguir, bem como a responsabilidade de cada componente da equipe, quando o trabalho é em grupo.

Para a elaboração de um bom planejamento, o programa de auditoria deve basear-se em um sistema particular de informações do cliente (pasta permanente e corrente), nos controles internos e na análise do ambiente.

O planejamento é essencial para o êxito da auditoria. É importante que as pessoas que organizam e executam o trabalho de auditoria compartilhem da visão global do processo de auditoria: seus objetivos, seus métodos e sua relação com as políticas, as estruturas e os recursos das entidades.

Esse planejamento deve, de preferência, ser descrito detalhadamente e apresentado à alta direção e a todos os envolvidos no processo.

Além disso, é importante salientar que a auditoria só será eficaz à medida que existir o comprometimento da alta direção com o programa, aceitando sua metodologia e concordando com a total independência dos auditores em relação às atividades auditadas.

Apresentam-se, a seguir, algumas fases entendidas como fundamentais no processo de planejamento da atividade de auditoria:

1ª FASE – Definição dos objetivos da auditoria do Balanço Social

Têm-se, abaixo relacionados, alguns objetivos da Auditoria do Balanço Social, podendo outros ser acrescentados se observadas as peculiaridades da atividade, a experiência do profissional, o interesse do cliente, etc.:

- Comprovar o grau de cumprimento das disposições legais, no âmbito social e ecológico existente, tanto internas como externas;
- Avaliar o grau de eficácia social da auditoria interna quanto a seus efeitos sociais internos – clima, cultura, atitude face à auditoria interna - como resposta à demanda social de auditoria interna;
- Avaliar a eficiência da organização na execução de suas atividades, relevando os aspectos sociais e ecológicos;
- Identificar o grau de comprometimento do quadro funcional com a missão, políticas e objetivos organizacionais; e
- Formular recomendações e propostas de melhorias realistas e operativas, que conduzam à superação das limitações detectadas.

Com base nesses objetivos, é possível projetar todo o processo de planejamento da atividade de auditoria, uma vez que a execução do trabalho deverá atender, primordialmente, a essa intenção inicial, traduzida em objetivos.

2ª FASE – Avaliação do sistema de controle interno

Nesta fase, procurar-se avaliar o grau de contabilidade do sistema de controle interno, pois é essa avaliação que irá proporcionar subsídios para o auditor planejar as demais etapas pertinentes à atividade de auditoria.

3ª FASE – Identificação dos pontos de controle

Com base na avaliação do sistema de controle interno e na experiência pessoal, cabe ao auditor eleger quais os pontos de controle, e conseqüentes pontos de auditoria, a serem revisados. Esses servirão de parâmetros para a formação do seu relatório de opinião,

pois os pontos trilhados, identificados, revisados e avaliados demonstrarão a conformidade, ou não, dos fenômenos ocorridos na gestão.

4ª FASE – Determinação das técnicas a serem aplicadas

A escolha das técnicas e dos procedimentos é o que realmente determina o êxito do trabalho do auditor, uma vez que sua correta aplicação é a garantia imprescindível para se obter um trabalho eficaz e eficiente. São, portanto, definidas pelo auditor, bem como a natureza, a extensão, a profundidade e a oportunidade de aplicação.

São utilizados protocolos ou listas de verificação detalhadas, previamente adaptadas, se já existentes aos prováveis problemas de determinada atividade, com o intuito de assegurar a cobertura completa de possíveis áreas problemáticas. São usadas técnicas de questionários e entrevistas diretas para coletar informações. Manuais de operação, registros, relatórios para entidades externas e outros documentos administrativos são minuciosamente examinados; fazem-se tentativas no sentido de averiguar se os procedimentos são seguidos pelos funcionários (teste de observância).

Às vezes, são elaborados fluxogramas dos processos da fábrica, que facilitam a tarefa de avaliar se os controles exercidos pela administração são adequados. Os auditores também se ocupam da segurança, o que inclui equipamentos de segurança dos operários e planos de emergência; barulho, poeiras e odores, que podem afetar tanto os funcionários como os vizinhos à fábrica.

Especificamente, na auditoria do balanço social, é possível utilizar as técnicas de:

- Aplicação de questionários;
- Realização de entrevistas;
- Montagem de cenários;
- Simulações;
- Amostragem estatísticas.

5ª FASE – Estabelecimento dos procedimentos

Os procedimentos são um conjunto de verificações técnicas que permitem ao auditor realizar seu trabalho e colher evidências ou provas substanciais à formulação de sua opinião sobre o objeto de exame.

Para a avaliação do balanço social, os procedimentos procuram confirmar o cumprimento:

- das políticas;
- dos objetivos;
- da estrutura organizacional;
- dos parâmetros externos;
- da saúde, da prosperidade e da continuidade da organização.

Essa listagem é identificada no exame preliminar (entrevista com os auditados), ou seja, na primeira fase do planejamento.

Os teóricos em auditoria trazem, como principais procedimentos a serem adotados, os abaixo descritos, que são, na grande maioria, aplicáveis à auditoria do balanço social, atendidas as devidas peculiaridades.

- exame físico;
- confirmação com terceiros;
- conferência de cálculos;
- exame documental original;
- exame de escrituração contábil, social e fiscal;
- exame dos registros auxiliares;
- revisão analítica;
- observação;
- visita in loco

Na verdade, os procedimentos representam as tarefas a serem executadas durante o trabalho de auditoria e na realização dos exames, objetivando a obtenção/coleta de evidências e provas de auditoria. Eles são descritos em termos genéricos e podem ser modificados de modo a se adaptarem a um trabalho específico de auditoria. Cabe ressaltar que nenhum procedimento substitui a observação pessoal do auditor - tendo ele presenciado e comprovado pessoalmente os eventos auditados - bem como sua vivência com o ambiente auditado e sua experiência pessoal.

Quando adequadamente planejados, os procedimentos de auditoria possibilitam ao auditor garimpar, coletar, e avaliar as evidências que venham a respaldar sua opinião. Os exames e avaliações das evidências são procedimentos fundamentais para a formação da opinião pelo auditor.

Dos trabalhos individuais ou em equipe de auditoria, costumam-se usar protocolos, questionários, entrevistas, lista de verificação e outros recursos para planejar todo o processo. Grande parte da atividade do auditor e/ou equipe consome tempo com: entrevistas, verificação de registros, vistoria de instalações, perícias, etc. O tempo necessário para essas tarefas deve ser provisionado no orçamento de auditoria. Dependendo da especificidade da atividade a ser avaliada, deve o auditor utilizar especialistas, com o intuito de proporcionar maior confiabilidade ao trabalho executado.

6ª FASE - Revisão do plano global, antes da implementação

A última etapa a ser analisada refere-se à revisão do plano de auditoria. Antes de implementar o programa, cabe discutir todo o processo de planejamento, atendendo para possíveis desvios e/ou lacunas não identificados até o momento. Esse trabalho deve ser feito pela equipe em forma de reuniões e discussões, objetivando qualificar o escopo do trabalho a ser realizado. Previsto o plano, inicia-se o processo de auditoria dos pontos preestabelecidos na fase de planejamento.

É importante ressaltar que o plano, mesmo após ser considerado pronto para a implementação, pode sofrer alterações, oriundas de fatos relevantes que possam vir a ocorrer na execução da atividade.

8.4.2 Execução (desempenho)

O processo de auditoria constitui o próprio desempenho dos trabalhos de auditoria e abrange os aspectos de: planejamento, execução, controle e comunicação dos seus resultados e avaliações. Quando o trabalho é realizado em equipe, faz-se necessário e é salutar o constante monitoramento pelo auditor responsável.

8.4.3 Avaliação de desempenho

Avaliação examina os aspectos da eficiência e da eficácia antes, durante e após a fase da aplicação do processo de auditoria, ou seja, do desempenho dos trabalhos.

Busca-se, neste instante, o exame da qualidade da auditoria, em termos de eficiência e eficácia, ou seja, procura-se demonstrar que a atividade de auditoria deve seguir determinados padrões de qualidade, com intuito de garantir maior confiabilidade, bem como gerar um maior número de informações que possam agregar valor ao sistema organizacional, servindo, desse modo, aos seus propósitos e contribuindo para a sociedade.

É possível avaliar o processo de auditoria utilizando formas de mensurar a qualidade da auditoria, apresentando balanços financeiros que demonstrem o quanto foi investido na área e o seu retorno ou benefícios sociais (análise de custos/benefício). Podem esses balanços ser comparados com indicadores de produtividade, oriundos da atividade desenvolvida, também por meio da construção de indicadores próprios, como horas trabalhadas por pontos de controle investigados, entre outros parâmetros, os quais servirão de base para a análise do trabalho realizado.

Sinteticamente, demonstra-se que cabe ao auditor otimizar a atividade desenvolvida, apresentando aos auditados o resultado do seu trabalho, em nível de eficiência, eficácia e produtividade.

8.4.4 Comunicação dos resultados

No decorrer da auditoria, são transmitidos à administração relatórios provisórios para comentários, discussão e contribuições. Esses constituem a base para o relatório final apresentando na conclusão da auditoria; tais relatórios fornecem uma avaliação da observância, pela entidade, das normas pertinentes, bem como recomendações para as áreas problemáticas que exigem atenção.

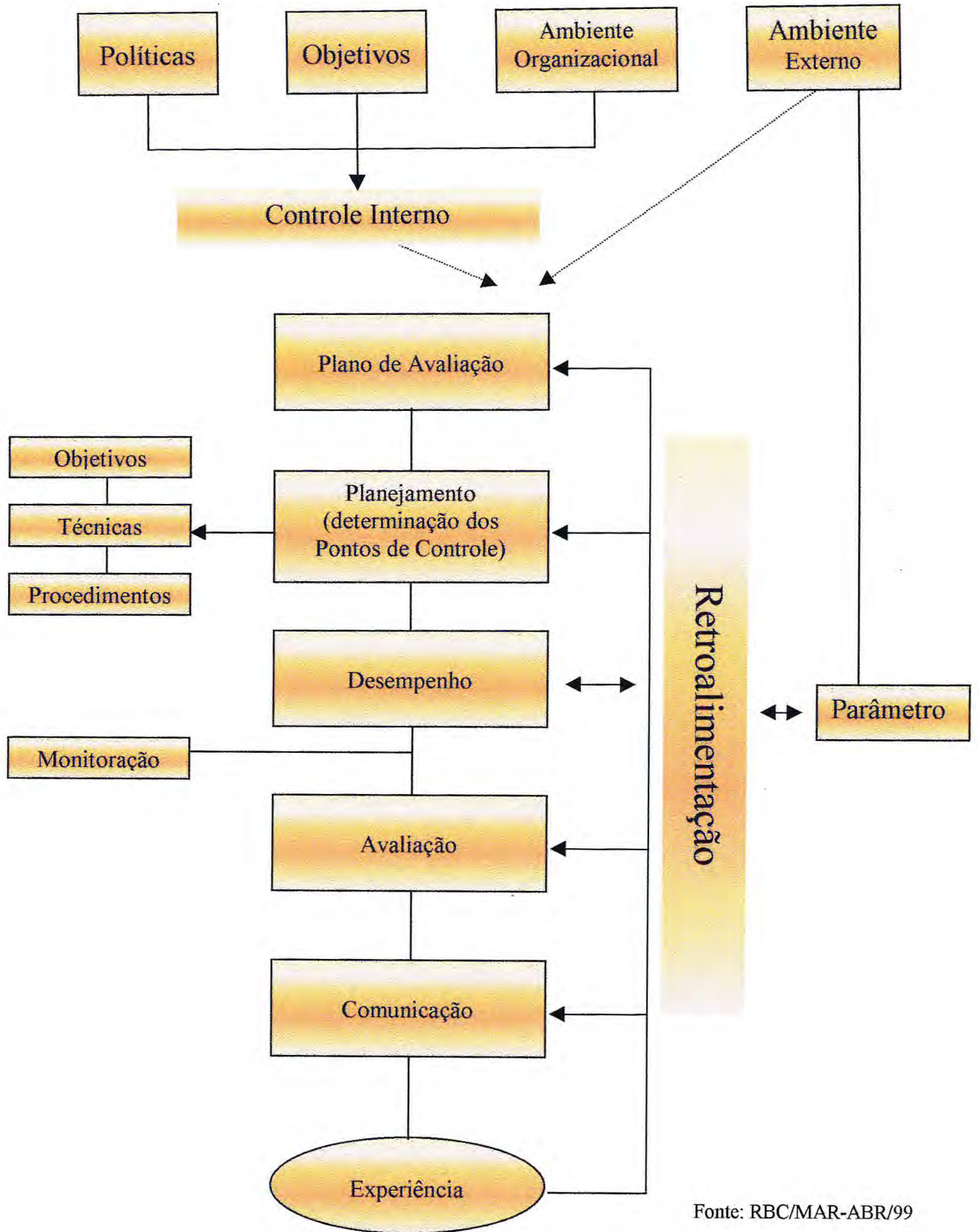
Segundo, Yoshitake, o processo de auditoria consiste em formular conclusões sólidas sobre os resultados obtidos no decorrer dos trabalhos e emitir recomendações e propostas de ação orientadas à melhoria das disfunções detectadas. As recomendações serão operativas, claras, compreensíveis e realistas, e aplicadas pelos responsáveis da entidade, e nunca pelo auditor.

8.4.5 Experiência (Feedback)

Ao término de cada trabalho, acrescenta-se ao cabedal de conhecimentos do auditor mais uma gama de informações que, por sua vez, servirão de base para novos trabalhos, ampliando, dessa forma, a experiência do profissional. Tais experiências, numa visão sistêmica, podem ser compreendidas como a retroalimentação, quando novas informações foram agregadas e serão utilizadas em programas posteriores, permitindo melhor percepção e assimilação de novas situações, ampliando o horizonte profissional do auditor.

A título de sugestão, apresenta-se a seguir, graficamente, o modelo de auditoria abordado no presente estudo:

MODELO DE AUDITORIA DO BALANÇO SOCIAL



Fonte: RBC/MAR-ABR/99

CONCLUSÃO

O Balanço Social é um instrumento que visa dar informações sobre o desempenho econômico e social da empresa, tais como: quantidade de funcionários, benefícios sociais, gastos com treinamento, etc..

*Com o uso do Balanço Social, a Contabilidade dispõe de um mecanismo capaz de criar uma nova cultura e de conscientizar os empresários e o governo sobre sua importância e o verdadeiro papel das empresas no desenvolvimento do país.

*No Brasil, existe um projeto de lei que pretende tornar o Balanço Social obrigatório para empresas com 100 (cem) ou mais empregados. Aquelas que não atenderem o disposto no projeto serão multadas além de não poderem participar de licitações e contratos públicos, bem como se beneficiar de incentivos fiscais e programas de créditos oficiais.

Sabe-se que a empresa consciente de seu papel na sociedade, não terá necessidade de todas essas ameaças de penalidades para divulgar seu Balanço Social, pois ela saberá de antemão que essa divulgação será tão vantajosa para a sociedade quanto para ela própria.

Essa obrigatoriedade possibilitará a elaboração de políticas públicas e privadas melhorando as condições de vida da população e facilitando o acompanhamento por parte da empresa de seu nível de envolvimento nas questões sociais e nas relações trabalhistas, além de ser uma excelente estratégia de marketing para a mesma.

Por tanto, o Balanço Social consubstancia-se numa importante arma para defesa da sociedade contra a destruição do homem e do meio ambiente em função do capitalismo, ao mesmo tempo que promove a divulgação e valorização das empresas que o utilizam através do reconhecimento por parte da sociedade e conseqüente geração de lucros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARNEIRO, Guido Antônio da Silva. **Balanco Social: Histórico, Evolução e Análise de algumas experiências selecionadas.** Dissertação de Mestrado. FGV / EAESP: São Paulo, 1994.
- CUNHA, Aramildo Sprenger da e PEROTTONI, Marco Antônio. **Balanco Social: Informativo Dinâmico, Ano XXI, nº 24, Abril de 1997.**
- CUNHA, Aramildo Sprenger da e PEROTTONI, Marco Antônio. **Balanco Social: Revista Brasileira de Contabilidade, Ano XXVI, nº 104, março/abril de 1997.**
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1993.
- LUCA, Márcia Martins Mendes de. **Demonstração do Valor Adicionado.** Dissertação de Mestrado. USP: São Paulo, 1991.
- MARTINS, Eliseu e RIBEIRO, Maisa de Souza. **A Informação como Instrumento de Contribuição para a Compatibilização do Desenvolvimento Econômico e a Preservação do Meio Ambiente: Boletim do IBRACON, Ano XVII, nº 208, setembro de 1995.**
- MENDES, José Maria Martins. **Balanco Social: Uma Idéia Milenar: Revista Brasileira de Contabilidade, Ano XXVI, nº 106, julho/agosto de 1997.**
- PEROTTONI, Marco Antônio. **Balanco Social: Liberdade ou Obrigatoriedade? : Revista Brasileira de Contabilidade, Ano XXVII, nº 110, março/abril de 1998.**
- POLIDORO, Márcio (Diretor da Odebrecht). **Exemplo Antigo.** Entrevista publicada na Internet.

RIBEIRO, Maisa de Souza e LISBOA, Lázaro Plácido. **Balço Social: Instrumento para Demonstrar o Lado Social e Humanos das Empresas**: Revista Brasileira de Contabilidade, Ano XXVIII, nº 115, janeiro/fevereiro de 1999.

SÁ, A. Lopes de. **Considerações sobre a Contabilidade Social**: Revista Brasileira de Contabilidade, Ano XXVII, nº 109, janeiro/fevereiro de 1998.

TINOCO, João E.P. **Balço Social e a Contabilidade no Brasil**: Boletim do IBRACON, Ano XVII, nº 201, fevereiro de 1995.